

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS NO
UNIVERSO FAMILIAR:
UMA REALIDADE VIVENCIADA**

Aprovado pelo S

Em 11/12/95



BRISTYNA MATYKOST

Coordenadora do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Assistente Social.

Marilúcia Tamanini Schauffert

Florianópolis/SC, novembro de 1995.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha querida mãe, que para sua vida, e de seus filhos, procurou sempre o caminho da vida, do amor, da esperança, da justiça e bondade e, principalmente, da crença no AMANHÃ E EM DEUS.

E a todas aquelas crianças, de todos os povos e raças, que vivem num contexto de extrema violência, onde seus companheiros são a miséria, o abandono, as mais variadas formas de agressão, que ansiosas esperam, num raio de esperança, a libertação de suas existências, tão marcadas e violentadas em seus direitos.

OS FILHOS APRENDEM O QUE VIVEM

Se o filho viver criticado, aprende a criticar

Se vive com hostilidade, aprende a brigar

Se vive envergonhado, aprende a se sentir culpado

Se vive com tolerância, aprende a ser tolerante

Se vive com estímulo, aprende a confiar

Se vive com igualdade, aprende a ser justo

Se vive apreciado, aprende a apreciar

Se vive com segurança, aprende a ter fé

Se vive com aprovação, aprende a querer-se

Se vive com amizade, aprende a amar a humanidade.

"Observou-se mal a vida, se ainda não se descobriu a mão que, piedosamente, mata..."
Nietzsche

"O primeiro e indiscutível direito da criança é aquele que lhe permite expressar livremente suas idéias e tomar parte ativa no debate concernente à apreciação da sua conduta e também na punição...".
Janusz Korczak

"Teu filho é teu broto,
Se és rígido em demasia
Podes sufocá-lo com tua sombra.
Sendo porém, permissivo demais,
O sol e a tempestade podem deformá-lo.
É tua lente também,
Pois pelo seu futuro
Podes ver teu passado..."
Carlos Eduardo Casas

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que colaboraram, contribuindo para mais essa caminhada vitoriosa, muitas vezes, com os percalços e desabores, além dos momentos de alegria e triunfo.

Como não será possível a menção de todos, agradeço especialmente:

A DEUS, pela vida, pelos momentos que esteve presente, sendo "aquele amigo", fonte de sabedoria, que me auxiliou nesta caminhada, sendo meu refúgio e minha fortaleza.

"A ti, ó DEUS, glorificamos, a ti damos louvor, pois o teu nome está perto, as tuas maravilhas o declaram". (Salmos 75.1)

Aos meus pais, Willard e Maria, pela existência, amor, dedicação, confiança e coragem, que sempre me transmitiram.

Aos meus irmãos, Carlos e Cristiane, pela presença nos momentos difíceis e alegres e minhas tias Lúcia e Miriam pelo seu apoio.

À professora Marli Palma, por sua dedicação, apoio e disponibilidade em orientar-me na elaboração deste trabalho.

À Assistente Social Lilian Keli Rech por ter-me supervisionado, acompanhando-me com carinho, dedicação, incentivo, amizade, contribuindo para um aprendizado constante, e por sua presença nesta etapa de crescimento pessoal e profissional. Meu muito obrigada!!

À Assistente Social Maria Isabel Toledo Osório Pereira, pela sua contribuição nos primeiros momentos, pela compreensão e confiança.

Às Assistentes Sociais Regina Maria Cysne Rosa e Rita de Cássia Nunes, respectivamente, atuais Chefes do Depto de Desenvolvimento Social e da Divisão da Criança e do Adolescente - PMF, meu muito obrigada pelo respeito, apoio, confiança e respaldo no campo de estágio e também pela contribuição para meu crescimento pessoal e profissional.

A todas as amigas da turma, com quem compartilhamos esses quatro anos de curso, pois com suas amizades me fizeram crescer. E a companheira de estágio Jane.

Aos funcionários, amigos do CEC Parque da Figueira: Elza, Bete, Josi, Lenira, Dora, Ivonete, Cristina, Neli, Amarilda, Lurdes, Vera, Marlene, Salma, Paulinho, Adelar, Irma, Alexandre, Andréa, Jane, Cleuza, Célia, Valdira, Renata, Cida. Obrigada pelas experiências, incertezas, e estímulos compartilhados nestes dois anos de amizade.

Aos amigos: Ledenir, Rita, Iara, Leninha, Vilma, Zoê, Elizete, Mirian, Marisa, Lena, Arlete, Dione, que estiveram sempre presentes.

A todas as crianças e suas respectivas famílias, usuárias do Programa do Centro de Educação Complementar Parque da Figueira, pois somente através de suas contribuições foi possível a realização deste trabalho.

Ao Zenirto, Ondina e Martinha, obrigada pelo apoio e disponibilidade.

E a todos que, direta ou indiretamente, cruzaram meu caminho em direção a esta conquista.

Obrigada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
------------------	---

CAPÍTULO I

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	12
1.1. Uma Visão Geral e Panorâmica da Violência.....	12
1.2. Retrospectiva Histórica sobre Maus-tratos na Infância e Adolescência.....	19
1.3. Uma Breve Leitura Sobre Maus-Tratos na Ótica Jurista.....	34
1.4. Violência Social Vitimizando Milhares de Crianças e Adolescentes...41	
1.5. Maus-Tratos no Universo Familiar.....	54

CAPÍTULO II

2. UMA LEITURA DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À PROBLEMÁTICA DOS MAUS-TRATOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	71
---	----

2.1. O CEC Parque da Figueira e o Serviço Social.....	71
2.2. Metodologia da Pesquisa	86
2.3. Apresentação e Análise dos dados da Pesquisa.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
SUGESTÕES.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
ANEXOS	137

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma caminhada que percorremos no período de março/94 a agosto/95, no estágio curricular realizado no Centro de Educação Complementar Parque da Figueira.

A concretização da realização deste trabalho de conclusão de curso somente foi possível pela experiência vivenciada junto às famílias e aos educandos que foram (e, muitos ainda são)usuários deste programa sócio-pedagógico.

O objetivo principal desta produção é mostrar a prática confrontada com a teoria, esclarecer alguns pontos referentes às questões de maus-tratos praticados no universo familiar.

Na realidade, a relações violentas entre pais e filhos, sempre estiveram presentes, desde os primórdios, e ainda na atualidade persistem nas mais variadas formas de desamor à infância e à adolescência, traduzindo-se em maus-tratos, tema central deste trabalho.

Mas o que nos instigou à realização desta produção foi resultado de inúmeras coisas como: as observações feitas nas instituição, no comportamento agressivo dos educandos, nas formas de tratamento desses pais com os filhos, que muitas vezes presenciamos nos atendimentos realizados tanto às crianças , como familiares e o próprio conhecimento da comunidade e do contexto familiar que os usuários se encontravam, além de constatar como tema emergente desta realidade.

Nosso trabalho de conclusão de curso apresenta-se da seguinte forma:

No primeiro capítulo discorreremos primeiramente sobre uma visão panorâmica e geral acerca da violência. Posteriormente faremos um retrospectiva histórica sobre os maus-tratos, considerações desta temática sob um ótica jurídica, enquanto negação dos direitos da criança e do adolescentes, além de enfocarmos a violência social e relacionarmos com a situação atual da infância e adolescência. Versaremos, também, sobre a questão dos maus-tratos no universo familiar.

No segundo capítulo apresentaremos a sistematização de nossa prática. Tentaremos fazer a relação da teoria apresentada no capítulo anterior, com os depoimentos, as falas e fatos colhidos através da pesquisa realizada no setor de Serviço Social, do CEC Parque da Figueira. Além de tecermos sobre este algumas considerações.

Finalmente, faremos algumas considerações sobre o trabalho numa visão globalizante, tentando sintetizar o que foi explanado detalhadamente. Desta forma, esperamos estar contribuindo com a sistematização da intervenção do serviço social nesta instituição, bem como frente a dada problemática social levantada neste trabalho.

CAPÍTULO I

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

1.1. Uma Visão Geral e Panorâmica da Violência

A conceituação do termo violência assume facetas diversas, o que dificulta a conceituação única desta temática, pela diversidade de perspectivas que apresenta.

A palavra violência vem do latim - *violentia* - cujo elemento definidor é a força vis. Essa força tem seu aspecto negativo, na medida em que, essa agressividade "natural", passa da impulsionalidade de ação e iniciativa construtiva, para a atuação ou aumento descontrolado dessa agressividade, traduzida então em violência.

Segundo Gil (apud AZEVEDO, 1985:17)

"A violência pode ser definida como atos e condições que obstruem o desabrochar espontâneo de potencial humano inato, a tendência - inerente a todo o ser humano... Podendo, também estabelecer e reforçar condições que privam, exploram e oprimem os outros, e que conseqüentemente , obstruem o seu desenvolvimento".

Como um fenômeno complexo, quando falamos em violência, a primeira imagem que assume é a expressa pela agressão. Agressão física, psíquica ou sexual, que atinge diretamente o homem, muitas vezes naquilo que ama. É tudo o que fere ou interfere negativamente na dignidade da pessoa humana.

Violência, poderíamos colocar como todas as formas de violação da vida, da consciência, do corpo, dos direitos fundamentais do homem. E são todas essas circunstâncias ou situações que se colocam como obstáculo, como relações de opressão, dominação e poder.

Segundo Odália (1991:89), as formas de violência assumem diversas tipologias:

- Violência Oculta

É aquela que se traduz em impedimento da organização e manifestação das pessoas através dos movimentos populares, sindicatos e outros.

- Violência Promovida

É originada pela própria estrutura da sociedade, onde as relações sociais são decorrentes de um sistema baseado na dominação e exploração, nas relações antagônicas e individualistas, estimulando a competitividade, sendo este sistema o próprio agente de manutenção desta violência.

- Violência Divulgada

Esta se dá através da mídia (de todos os veículos de comunicação), que objetivam desviar a atenção da população dos principais problemas que nos afligem, e também, como estratégia de retirar a responsabilidade do Estado, quando este é um dos responsáveis.

- Violência Silenciada

Diante das inúmeras injustiças que acontecem em nossa sociedade em todos os campos, o "silêncio" e o "conformismo" estão presentes, oriundos

da manipulação do Estado, que tem por trás de suas ações, a "domesticação", conseqüentemente, a violação dos direitos fundamentais da pessoa.

- Violência Política

Dá-se quando há a luta de classe, a tortura, o distanciamento de condições do povo, para que este não decida, pelas formas democráticas, a construção de sua história.

- Violência Social (forma genérica)

O preconceito, o racismo, a divisão dos gêneros, os problemas de saúde, educação, habitação, migração, alimentação, saneamento básico, emprego e outros são fatos sociais que denigrem a pessoa humana, negando o princípio do homem poder viver em sociedade, através de condutas violentas, de coação e da agressão, negando-lhe sua peculiar condição humana.

- Violência Física

Abordaremos a problemática da violência física contra crianças e adolescentes, já que se constitui no tema central deste trabalho.

De todos os tipos de violência, a que se destaca com maior clareza é a agressão física, mostrada visivelmente como marcas e cicatrizes, juntamente com comportamentos característicos da vítima de violência.

Esta violência é a mais complexa forma de dominação, onde nas relações de poder, prevalece a força física dos "adultos" sobre as crianças e adolescentes, além do que, existe toda uma ideologia e sua legitimação que considera as crianças em segundo plano, sem a observância, nem tão pouco, cumprimento dos direitos fundamentais, que lhes foram garantidos pela legislação vigente. Prevalecendo a idéia de que a criança deve sempre obedecer, independente do que seja a "ordem", respeitar e submeter-se aos adultos, sendo por serem seus pais, responsáveis, com grau de parentesco ou não.

Tudo isto vem traduzindo-se neste tão constante e conhecido fenômeno, presente em todos os segmentos da sociedade.

Apresentando-se esta agressividade, que é inerente a pessoa humana, permitindo-lhe manter vivo e defender-se, transformando-se, muitas vezes, em armas mortíferas, utilizando-se contra si e contra os "outros", provoca da por inúmeros fatores.

Onde,

"a história tem nos mostrado o homem sucubindo a toda sorte de crueldades e massacres, indicando aí um fracasso no desenvolvimento de comportamentos que possam controlar a destrutividade. Nos momentos de crise social há um incremento dessa destrutividade. Nessas circunstâncias, condições sociais adversas, caracterizadas pela miséria, desemprego, fome, falta de perspectivas, etc., se combinam, numa alquimia mortífera, com as naturais pulsões agressivas do homem. O resultado é um aumento da agressividade". (Steiner et alii, 1986:3)

E é assim que o homem, com suas pulsões agressivas, com o misto de poder e desejo, acaba gerando as formas mais intensas e perversas de violência, despindo-se do "homem civilizado", incorporando-se e, tomando uma "nova roupagem", do homem primitivo", com seus modelos primitivos de existência e relações, incapaz de controlar seus impulsos, seus medos, suas frustrações, "seu desejo de destruir o inimigo oculto".

Viver em sociedade sempre foi uma experiência com violência. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente.

Com o decorrer da história, podemos observar que ganha novas formas, não sendo mais utilizada para a sobrevivência, assumindo formas sutis, tornando-se uma consequência pela maneira com que o homem passa a se or-

ganizar em sociedade, exercendo o princípio da dominação, de um grupo sobre o outro ou a subjugação da natureza.

Na realidade, esta violência passa a ser uma experiência na sociedade, no macrossistema, nas relações interpessoais, onde essas formas sutis de violência não apenas atingem o aspecto físico do homem, mas transcendem, atingindo-o em sua dimensão cultural, política, econômica, psicológica, ética e religiosa.

A violência é uma das formas de manutenção externa da agressividade natural do homem, contudo não é somente provocada por fatores orgânicos, mas também por circunstâncias exteriores que o estimulam.

"A existência da agressividade, tanto dentro de nós como fora, no meio social, é alguma coisa que não podemos negar. Essa agressividade externa é resultante das projeções dos nossos impulsos destrutivos para fora, e da forma como eles se estruturam, sob os diferentes tipos de organização social e princípio que, num dado momento histórico, regulam as interações entre os homens". (Steiner et alii, 1986:01)

O comportamento agressivo depende, em grande parte, dos mecanismos psicológicos e físicos, mas depende também dos condicionamentos sociais, políticos, econômicos e culturais aos quais se encontram submetidos os homens.

Existe um constante

"intercâmbio entre o indivíduo e o meio, entre o interior e o exterior, e a personalidade se constrói como resultado desta relação dialética, obedecendo um processo de desenvolvimento. Este uso positivo da agressividade e não negativo (como forma de ataque e destruição) de-

pende, entretanto, das vicissitudes do processo de desenvolvimento da criança. Depende da série complementar, da interação que se estabeleceu entre as condições internas da criança com as condições externas que o meio lhe ofereceu". (Steiner et alii, 1986:02)

Na verdade, toda a violência é social, entretanto certos atos violentos atingem minorias ou certos segmentos da sociedade, como as classes menos favorecidas. Em termos concretos, se faz necessário uma reflexão crítica dessa temática "violência", pois antes de falar sobre a violência contra a infância, sobre o aumento da violência interpessoal, temos que fazer um resgate a esta violência social, que se reflete como um dos fatores que podem originar esses atos de violência no âmbito pessoal.

Sabe-se que a causa "desta violência social", que se constitui numa questão muito complexa, é oriunda de múltiplos fatores, perpassada pela questão dos direitos e das políticas sociais, do não exercício da cidadania, pela existência das injustiças sociais, pela relação da má distribuição de renda, contribuindo com a concentração do poder e das riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população, além de não possuímos uma consciência política e solidária, por que? Porque, há a relação com a questão da renda, da exclusão social da passividade e complacência do Estado, dos direitos e deveres (cidadania), da inexistência e praticabilidade das políticas sociais, da educação, da legitimação, do que está posto; dos interesses econômicos e políticos daqueles que são os detentores do poder e do capital (que condicionam milhares a viverem em condições subumanas), mas além desses e muitos outros fatores sócio-econômico-político e culturais, a questão passa também pela visão que possuímos do outro, enquanto pessoa e cidadão.

Steiner coloca que, quando "a capacidade empática diante do outro diminui, as relações humanas se coisificam e tornam-se cada vez menos

humanas. A necessidade, estimulada socialmente, preside a sede de ultrapassar o outro, de eliminar o concorrente". (1986: 3)

Infelizmente, estamos cercados pela violência, e como agravante dessa situação, entra em cena a nossa permissividade social, que a incorpora a seu cotidiano, de maneira que já não nos espantamos, quando vemos, ouvimos, lemos acerca dessa temática. Essa violência não é privilégio dos grandes centros urbanos, mas nestes aparece com muito mais intensidade. Há vários fatores como: o tamanho da cidade e das instituições, o processo de modernização, a situação de crise social, o stress contemporâneo, que levam o indivíduo ao completo anonimato, ao estabelecimento de relações impessoais coisificadas e automatizadas. Da combinação destes elementos da vida social com as condições internas, mentais dos indivíduos, se origina este quadro terrível de violência que estamos vivendo, com a agressão nas formas mais primitivas do comportamento humano.

Apesar de tudo isto, muitas vezes negamos, ou não fazemos caso algum, ou ainda temos dificuldades em aceitar que temos algumas investidas agressivas, capazes de praticar ações agressivas contra outros seres humanos. Mas difícil, no meu entender, se faz aceitar o fato de que essa agressividade seja voltada à infância e adolescência. Seres indefesos, que procuram e necessitam de proteção e amor, mas que muitas vezes recebem como resposta desta busca, o abandono, o ódio, os maus-tratos, a violência em toda a sua forma mais generalizada.

Se observarmos, os animais podem ser levados a conter seus filhotes, chegando em certas circunstâncias a comê-los, porém é difícil visualizarmos surrando sua cria até matá-la. Muitos tornam-se mais irracionais que os próprios animais, principalmente depois de praticar uma das piores formas de violência contra os seres humanos: a violência praticada contra as crianças, e,

principalmente, a violência doméstica, aquela que é exercida pelos próprios responsáveis ou pais contra os seus filhos.

Como estratégia de desvendarmos essa questão dos maus-tratos, da violência entre pais contra filhos, faremos um breve resgate histórico sobre o assunto, para a melhor compreensão desta temática, ainda que haja a dificuldade de publicações, visto ainda ser hoje considerado como tabu, como "caso de polícia" e não como caso social.

1.2. Retrospectiva Histórica sobre Maus-tratos na Infância e Adolescência

Apesar de ser difícil traçar uma trajetória histórica desta temática, pode-se perceber que a questão do mau-trato na infância e adolescência, se faz presente desde os tempos mais remotos.

Em todos os tempos e civilizações, a infância nunca esteve no centro das preocupações e dos interesses sociais. Quanto mais se retrocede no tempo, pouco verificamos a eficácia e interesses na relação entre pais e filhos, onde as necessidades básicas das crianças eram (e ainda continuam) renegadas a segundo plano, negando-lhes os direitos fundamentais, furtando-lhes o direito à infância e adolescência, descartando-as, expondo-as à morte violenta, ao abandono, aos espancamentos, ao terror físico, psicológico e sexual.

Ariés (1981:27), afirma que o surgimento da infância aconteceu por volta do século XIII e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e da iconografia. (relacionada com jogos infantis e com a própria questão da "pedagogia") dos séculos XV e XVI, concluindo que os seus resultados mais significativos; onde aparece a mudança da concepção de infância pelos adultos, a partir do século XVII.

Com a difusão da religião, com o desenvolvimento da burguesia e das ciências empíricas, estas novas concepções sobreviveram, auxiliadas também pelos pedagogos, moralistas, e eclesiásticos do século XVIII onde inovaram com o estabelecimento dos princípios da "fragilidade e da inocência infantil", ainda pregando a segregação da criança do mundo adulto, colocando a infância num pedestal, acreditando ser preciso preservá-la e discipliná-la. A partir de então, a educação, além da transmissão do saber, passou a ser a disciplinar, aparecendo como uma linha mestra do processo de socialização da criança, originando a forma tirânica das relações familiares, onde a disciplina confunde-se com os "maus-tratos corretivos".

↳ "É na formação da família burguesa das classes em ascensão que por volta de meados do século XVIII, a criança passa a ser o centro do universo familiar. O sentimento pela infância é, portanto, relativamente recente em nossa história". (Orlandi, 1985:38)

↳ Segundo o pensamento de Orlandi, apesar de ter ocorrido uma melhoria na situação da infância, no decorrer dos últimos séculos, com o surgimento das teorias relacionadas à questão de orientação infantil, da criação de ligas de Proteção à infância, juntamente com a formação e evolução do Estado Moderno, interferindo e influenciando nas relações entre educadores e alunos, entre pais e filhos, elaborando leis, onde com o auxílio de diversos profissionais que atuavam diretamente nas famílias, contribuindo para que os filhos fossem colocados no centro das relações cotidianas e familiares, ainda assim, as crianças continuam sobrevivendo, em sua maioria, no abandono, na miséria, sofrendo com a fome, com a falta de acesso aos serviços básicos de atendimento às necessidades básicas, permeada pelos atos e relações violentas, provocados pelos ditos "adultos". Também coloca que essas transformações sofridas no seio da família, enquanto instituição social, foram acontecendo simultanea-

mente com a modificação das concepções das crianças e adolescentes, marcadas pela violência, em todas as formas de agressão.

É a partir do século XIX que se inicia uma tentativa de "preocupação" com a criança, passando a ser vista como uma pessoa, que possuía valor e sentimentos, necessitando de cuidados especiais, devido a sua condição peculiar de um ser em desenvolvimento. Porém, é apenas no século XX que esta temática passa a ser pesquisada por diversos profissionais, e que hoje constitui-se num maior envolvimento de inúmeras pessoas, pertencentes a todos os segmentos da sociedade.

Na realidade, a história nos leva a comprovar que a violência praticada contra a criança não é um fato novo, estando presente nos grupos sociais primitivos como contemporâneos, nem tão pouco como fato isolado, mas são relacionados ao contexto sócio-econômico-político-cultural, na qual estão inseridas, com o aumento cada vez maior do número de crianças maltratadas, exploradas, desprezadas, vítimas da miséria, das relações violentas dos "adultos", persistindo até hoje o abandono, o trabalho escravo e excessivo, a violência física/psicológica/sexual, o filicídio, entre outros.

"Encontramos o filicídio no ritual do sacrifício de crianças para propiciar boas colheitas; no sacrifício do filho em prol do povo, realizado pelos reis semitas da Ásia Ocidental em momentos de perigo; no sacrifício generalizado dos filhos, praticado pelos fenícios em tempos de grande calamidade, como a peste, a seca, o que os levava a sacrificar pessoas queridas em honra a Baal; na queima de crianças em honra a Baal ou Moloch, praticada entre os cananeus; no mito grego, com Cronos devorando seus filhos recém-nascidos, para não ser destronado por um deles; na Bíblia, quando é narrada a determinação do Faraó de jogar no rio todos os meninos judeus, por ocasião do nascimento de

Moisés. Há uma repetição desse processo em relação aos primogênitos egípcios, no Êxodo e na Matança das crianças nascidas em Belém, ordenada por Herodes em perseguição a Jesus". (Steiner et alii, 1986: 05)

E ainda hoje, encontramos o filicídio, nos episódios e notícias mostradas pela mídia, como fatos isolados, fragmentados, do contexto em que estão inseridos.

Orlandi, ao citar Mause, afirma que o infanticídio de filhos legítimos e ilegítimos era praticado normalmente na Grécia e em Roma, na Idade Antiga, e este costume homicida continuou até o início do século XIX, nos países europeus, porém com a redução nos filhos legítimos, acontecendo de diversas formas, onde as crianças eram deixadas em vales ou esterqueiras; fechadas nos interiores de vasos; abandonadas à beira de estradas, de caminhos, em montes, a portas de instituições religiosas, entre outras formas cruéis e desumanas.

Ainda, se a criança não fosse perfeita conforme os padrões sociais estabelecidos, se chorasse demais ou ainda pouco, se tivesse algum problema de qualquer ordem, provavelmente seria morta.

Na Idade Média, o hábito ou trabalho das amas-de-leite nada mais era do que uma forma para as famílias eliminar seus filhos.

"Na Europa, no século passado, existiam "aldeias de amas-de-leite infanticidas", para onde mães enviavam seus filhos pequenos, a fim de que fossem eliminados de várias formas. As nutrizas mercenárias provocavam a morte das crianças, dando-lhes de comer algo que provocava "convulsões no estômago ou intestino", ou misturando gesso no leite para provocar o entupimento das entranhas". (Orlandi, 1985:26)

Segundo Badinter, na Europa, era freqüente a entrega de crianças desde a tenra idade às amas para que as criassem e para que voltassem ao lar, depois de completarem cinco anos. Este hábito inicialmente era privilégio das famílias aristocratas, depois generalizou-se no século XVIII, quando chegou a ocorrer uma escassez de amas, estendendo-se a todas as camadas sociais, originando uma forma de abandono tão comum à época, realizada pelos pais, demonstrando assim uma prática de desamor e violência.

O abandono, como forma de violência praticada contra a criança, sempre existiu desde os primórdios e, infelizmente, permanece até os dias atuais.

Guerra coloca que os exemplos são registrados nas diferentes sociedades como:

"os romanos lançavam as crianças (principalmente as ilegítimas) em cestos de vimes junto ao trono da Figueira Ruminal ou da Coluna Lacterina no Forum Olitorium, especialmente nos últimos anos de seu império, quando o número de abandonos cresceu de forma significativa". (Guerra, 1985:23)

Na realidade, em outras épocas, a criança esteve envolvida e rodeada por práticas homicidas, pelos mais variados motivos, como purificações com água fria, fogo, vinho, sangue e urina; ou ainda eram submetidas à emergências prolongadas em água gelada, colocadas na neve, ocasionando índices alarmantes de mortalidade infantil, sendo que quase metade da humanidade morria na infância, por maus-tratos, por cuidados inadequados, e pelo próprio desprezo à infância, fruto da concepção errônea da criança e pelas práticas ig-

norantes e homicidas praticadas pelos pais, que não possuíam a consciência da existência da particularidade infantil que diferencia a criança do adulto.

Outro exemplo de violência cometida contra crianças é a violência sexual ou exploração sexual, vindo desde a antiguidade. Em Roma e na Grécia era freqüente a utilização sexual de meninos por homens adultos, onde o processo de castração era muito comum, realizada desde o "berço", com finalidades mágicas, terapêuticas, para propiciar exploração sexual dos "mancebos", pelos pais ou responsáveis, como fonte de renda.

"Em muitas cidades, havia bordéis de rapazolas, em Atenas, se podia alugá-los. Muitos meninos eram vendidos como mancebos. Os meninos eram utilizados sexualmente desde pequenos, mas a prática sexual, neste caso, não era a estimulação oral do pênis, e sim a cópula anal". (Orlandi, 1985:47)

Também, o autor cita um costume freqüente e cruel, como:

"o ato de empregar meninos em muros ou enterrá-los em alicerces de edificios ou pontes, com a finalidade de reforçar as estruturas. Este último costume prevaleceu desde a construção das Murallas de Jericó até o ano de 1843, na Alemanha". (Orlandi, 1985:25)

Outra forma de violência contra crianças e adolescentes, que persiste a séculos, são os castigos e espancamentos, ou seja, violência física, confundida com os "métodos corretivos e disciplinares", utilizados pelos pais, pelas instituições educacionais e assistenciais, que atuavam ou ainda atuam com crianças.

Guerra menciona que:

"os maus-tratos dirigidos às crianças com fins pretensamente educativos têm antecedentes remotos..., nas escolas públicas inglesas, o castigo corporal só foi eliminado em 1969". (Guerra, 1985: 25)

No que diz respeito a esta temática, a violência física, objeto da nossa pesquisa, sempre se fez presente. Orlandi ressalta que havia um índice altíssimo de crianças nascidas antes do século XVIII, que hoje costumamos chamar de "criança espancada", indo dos espancamentos, castigos, ameaças, mutilações ao infanticídio.

Outra forma de violência cometida contra crianças e adolescentes é a exploração do trabalho infantil.

As crianças sempre fizeram parte da força de trabalho da sociedade, em todas as épocas, mas foi no capitalismo que essa força transformou-se em Mercadoria, passando a ser comprada e vendida como qualquer outro produto no Mercado, não escapando deste processo de modificação do sistema econômico, acarretando em sérias conseqüências sociais.

"Relatórios de inspetores e inquéritos realizados na época mostram que as crianças de sete a dez anos eram arrancadas de camas imundas às 2, 3 ou 4 horas da madrugada e obrigadas a trabalhar até às 10 ou 11 horas da noite para ganhar o indispensável à sua existência". (Orlandi, 1985: 48)

Depois de muitas lutas pelos trabalhadores, surgiram, a partir de 1833, as primeiras leis regulando o trabalho das mulheres e das crianças, dando início a implantação dos direitos das crianças, após séculos de exploração.

Atualmente, a

"O.I.T. estima em 70 milhões o número de crianças empregadas atualmente na área produtiva em todo o mundo. Na Ásia foram localizadas crianças de 7 a 10 anos trabalhando na condição de auxiliares de adultos, recebendo uma fração ínfima da remuneração dos mais velhos.

Mesmo em atividades fabris de risco, como fabricação de foguetes, transporte de vidros, tinturas, etc..., são freqüentemente visto em atividade com menores de 10 anos". (Conjuntura Econômica, 1992:67)

Na verdade, estas estimativas, no início da década de 80, são consideradas "conservadoras", quando comparada às estimativas de outras instituições dedicadas ao estudo do trabalho infantil, que calculam entre 75 a 100 milhões, o número total de crianças trabalhadoras, nos países em desenvolvimento.

"No Brasil, cerca de 7 milhões de menores entre 10 a 17 anos trabalham, dos quais mais de 70% encontram-se distribuídos entre as regiões Nordeste e Sudeste do país, segundo dados da PNDA relativos a 1986.

Os menores que trabalham dividem-se quase por igual entre as áreas rurais e urbanas, com ligeira predominância para estas últimas (52,8%). A grande maioria (76,4%) dos quais trabalham e pertencem a famílias que vivem em situações de pobreza absoluta concentra-se na área rural". (Galasso, 1991:54)

Ainda, apesar dos países adotarem uma legislação de proteção ao menor, as crianças estão sendo empregadas em atividades delituosas como as de "olheiros" de centros de venda de tóxicos, ou se constituindo em transportadores preferenciais das drogas (mulas) até os centros de consumo.

Na realidade, estas sanções em forma de lei vem desde a Antigüidade até a Idade Contemporânea.

"O código de Hamurábi, as inúmeras determinações dos imperadores romanos, a introdução dos mais diversos tipos de penalidades para os que maltratam crianças até a legislação atual, espelham a "necessidade" de diferentes sociedades em termos de estabelecer normas disciplinares da violência contra a criança". (Guerra, 1985:25)

O famoso código de Hamurábi foi criado em 1700 a.C., pelo rei pagão Hamurábi, da Babilônia. Este continha 300 dispositivos legais, com os quais os habitantes desta cidade eram governados.

Como já pudemos observar, tratando-se de uma sociedade dos tempos remotos (e até hoje) onde as pessoas supervalorizam e utilizam mal sua autoridade e poder nas relações interpessoais, todas essas leis eram elaboradas em benefícios dos "adultos e homens", que diretamente contribuíram para que a violência se tornasse mais um dos segredos familiares, bem guardados, ocultando a face do "agressor".

Resgatar historicamente a legislação, não é viável, além da falta de informações e da abrangência, procuremos, brevemente, discorrer sobre a legislação, baseada nos estudos de Guerra, somente de alguns países da Idade Contemporânea, possibilitando uma certa classificação sobre a questão dos "maus-tratos", entre pais e filhos, e para isso, escolhendo dois países do mundo, EUA e França.

Segundo Steiner, et al.

"... a era contemporânea marca uma acentuada intervenção do Estado na vida familiar. Este mesmo Estado passou a exigir, dos pais, deveres e obrigações. As crianças começavam a ser exoneradas como cidadãos em formação. A possibilidade de destituição do pátrio-poder se impôs na legislação de diversos países, ocor-

rendo de fato à medida que surgissem ameaças à integridade física de uma criança. De certa forma, foram limitados os direitos de vida e de morte, que os pais tinham sobre os filhos, impondo-se sobre a família um controle institucional". (Steiner et alii, 1986:48)

Com o aumento da situação de violência contra a infância, o Estado passa a interferir, na forma da constituição de uma legislação específica, destinada à proteção, principalmente nos casos de abandono e filicídio, que culminou na redução dos direitos dos pais sobre os filhos, transformando-se de "pátrio poder" para "pátrio dever", oficializando os limites dos pais e iniciando uma caminhada de conquistas dos direitos em prol da infância e adolescência.

Em 1889, criou-se a denominada "Rede de Investigação Social da Família", instituída através de leis, onde atuavam policiais e enfermeiras que investigam e vigiam famílias. Depois as assistentes sociais os substituíram nesta tarefa de "fiscalização dos pais". Por um lado, o Estado se propunha a substituir as deficiências familiares, mas por outro, visava, no futuro, à manutenção e aumento da força-de-trabalho, além do aumento dos que iriam estar a favor dos seus interesses.

Cabe ressaltar que no século XVIII foi lançada a idéia da responsabilidade paterna, no século XIX confirmada, acentuando a materna, e no século XX reafirmando este princípio da Responsabilidade dos pais pelos filhos; tudo isto contribuiu para o início da transformação, da visão e concepção de infância, de tentar sair da "coisificação" para "a cidadania", das crianças enquanto pessoa, com sentimentos, desejos e vontades a serem respeitados.

A legislação francesa, em 1889, avança no que diz respeito às penas contra os maus-tratos de pais contra os filhos, decretando a perda do pátrio poder (materno e paterno) nos casos de alcoolismo, maus-tratos e comporta-

mentos devassos, possuindo um caráter "repressivo". Atualmente, a legislação em vigor aborda a violência física, sexual e a negligência,

"que possam comprometer a integridade física de uma criança. É interessante observar que foram excluídos do Código "as violências mais leves... Foi recentemente, a partir da década de 50, que os textos da legislação ganharam, ao lado do seu caráter "repressivo", um caráter "curativo". Este se traduz pela aplicação de medidas que visem a fornecer auxílios materiais às famílias, com repercussões diretas sobre suas condições de vida, bem como da criança". (Guerra, 1985:26)

Nos EUA, a legislação se fundamentou na doutrina do "parens patriae", onde o Estado tem o poder de autoridade dos pais, nos casos em que estes se revelaram insatisfatórios em termos de cuidados e de bem-estar de seus filhos. Cabe salientar que há modificações na legislação, dependendo do Estado de onde advenha, existindo, de maneira geral, aspectos repressivos, prevendo penalidades para os agressores, e os aspectos curativos.

A primeira aplicação legal contra o mau-trato na infância ocorreu na cidade de Nova York, por interferência da Sociedade Protetora Contra Violência em Animais, que moveu ação visando à retirada do pátrio poder em favor da menina Mary Ellen, que era maltratada fisicamente por seus pais adotivos, numa época em que aos pais era garantido todo o poder sobre os filhos.

"A alegação usada foi a de que a criança era um membro do reino animal e que, portanto, seu caso poderia ser regido pelas leis que punem a crueldade contra os animais". (Guerra, 1985:28)

Em 1860, o Dr. Ambroise Auguste Tardicus, em Paris, estabelece o conceito de "criança maltratada", originando os primeiros estudos sobre a violência de pais contra filhos.

Em 1946, o Dr. Caffay, radiologista infantil, relatou os casos de seis bebês portadores de hematomas subdurais crônicas, múltiplas fraturas no crânio e lesões na pele, porém não correlacionou com maus-tratos. Em 1962, Caffey e Kempe, depois de inúmeros estudos, verificando vários casos, descrevem o quadro e denominam: Síndrome do Bebê Espancado (SIBE), referindo-se mais especificamente a lesões sofridas por crianças menores de 03 anos.

Segundo Steiner et al., "as estatísticas acusam e denunciam, que mais de 50% das mortes infantis por violência física são decorrentes de maus-tratos impostos pelos próprios pais". (Steiner et alii, 1986:04)

Em 1965, a Sociedade Nacional para Prevenção de Crueldade para com Crianças, da Grã-Bretanha, examinou 114.641 crianças vítimas de violência doméstica causadas pelos pais, onde 39.223 dos casos os pais foram ao tribunal.

"Na Dinamarca, em 1967, por exemplo, metade das vítimas dos crimes cometidos eram crianças e 85% dos infanticídios eram obra dos próprios pais. Na década de 70, o número de crianças horrivelmente maltratadas por seus pais chegava a 110.000 por ano na Alemanha Federal. Entre nós, a alta incidência de casos de crianças maltratadas registrada em prontos-socorros, e hospitais de Campinas, por exemplo, levou à criação de um Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (CRAMI)". (Steiner et alii, 1986:5)

Pesquisas e estudos científicos têm propiciado o desvendamento da situação caótica, na qual se encontram milhares de crianças e adolescentes,

vitimadas pela agressividade nos atos violentos, nas relações entre pais e filhos, desde os tempos remotos até hoje, sendo presentes e universais, não poupando suas vítimas inocentes.

Somente a partir dos anos 50 e 60, nos EUA, surgiram alguns trabalhos, na área de saúde, sobre essa temática de violência doméstica, tão escondida da visão pública, mais com dados alarmantes.

Logo, não só nos EUA, como em vários países do mundo, vários trabalhos comprovaram a ocorrência de abusos e agressões físicas em crianças, onde os pais geralmente procuram enganar os médicos ou outros profissionais, afirmando que os ferimentos são resultados de quedas ou outros tipos de acidentes, e por outro lado, as crianças geralmente não falam ou acusam o agressor.

Todos os anos, no Brasil, morrem milhares de crianças, que nos atestados de óbito apresentam, como causa da morte, acidentes.

Na realidade, "estes acidentes" ocasionam lesão, fraturas, queimaduras, que quando "muito graves", obrigam à internação das vítimas.

É certo que não se pode generalizar, afirmando que estas milhares de "mortes" foram provocados por espancamentos e abusos, mas geralmente, dependendo do posicionamento dos profissionais da área, muitas vezes há a confissão dos pais, e aí a obrigatoriedade do profissional em denunciar e dar prosseguimento aos procedimentos legais.

Muitos estudos explicitam que a violência em crianças é provocada por pais, mães, parentes, responsáveis ou pessoas próximas, que em sua maioria, foram espancadas, na infância, por seus próprios pais, reproduzindo assim este ciclo de violência doméstica.

Em outros casos, o agressor tem problemas como alcoolismo, drogas ilícitas, psicoses, neuroses e várias outras variáveis que ocasionam as mais variadas consequências.

Atualmente o fator "pobreza" não pode ser visto somente como único fator responsável por esta problemática, pois esta é oriunda de múltiplos fatores. Isto sem contar que ainda hoje a questão da violência doméstica é considerada como "tabu", devido à idéia de que a família é um "recinto sagrado", onde os pais podem fazer o que quiserem com seus filhos, que são as "suas propriedades".

Para melhor visualizarmos esse fenômeno, Orlandi cita alguns exemplos:

“Nos países ditos civilizados, a violência dos pais mata mais crianças do que a tuberculose, a coqueluche e a poliomielite juntas, diz escandalizado um relatório da União Internacional de Proteção, com sede em Genebra, na Suíça. Na França, a Liga Nacional para a Proteção da Infância Infeliz calcula que a qualquer momento se contam 25 mil crianças francesas surradas, esganadas, queimadas ou estranguladas. A França é uma prova cabal de que a violência não é exclusividade dos países pobres. Nos abastados Estados Unidos, registra-se anualmente 1 milhão de casos de Maus-tratos, - cifra que ascende ao ritmo de 12% ao ano, - dos guetos pobres de Nova York às mansões endinheiradas da Califórnia. Na Itália, 15 mil criança são torturadas, feridas, espancadas cruelmente, todos os anos. Cerca de 600 crianças são estupradas. Segundo dados do Ministro do Trabalho da Alemanha, cerca de mil crianças morrem anualmente em consequência de maus-tratos”.

(Orlandi, 1985:29-30)

No Brasil, a violência contra crianças é um fenômeno que vem desde o tempo da Colonização, com a utilização do trabalho escravo. Na travessia oceânica (África-Brasil), as crianças eram as primeiras a serem jogadas no mar, para diminuição do peso oscilante, como estratégia de navegação.

Na época do Ciclo do ouro, séc. XVII, com a expansão da ocupação urbana, o problema da criança começa a ganhar novas proporções. No início do séc. XVIII, o abandono infantil aumentava cada vez mais, sendo que essas crianças, chamadas "expostos", permaneciam nas ruas, praças e estabelecimentos com grande transitoriedade de pessoas, causando enorme escândalos.

Em 1738, foi criada por Romão de Mattos Duarte, no RJ, a Casa dos Expostos de Santa Casa de Misericórdia, objetivando assistir as crianças abandonadas. Também chamada "Casa da Roda".

"A mortalidade na Casa dos Expostos era grande, não só pelos próprios cuidados fornecidos às crianças, como também pela falta de higiene e as péssimas instalações". (Orlandi, 1985:61).

Até 1825, algumas crianças, em São Paulo, eram deixadas nas portas de casas particulares, em lugares públicos, em igrejas, ruas, ou atirados em valas, montes de lixo, demonstrando que a situação da infância no Brasil sempre foi cruel e desumana.

"As mães deixaram os filhos à noite nas ruas sujas e estes eram frequentemente devorados por cães, morriam de fome ou de exposição aos elementos. Certas mães deixavam os filhos nas naves das igrejas ou às portas de conventos". (Orlandi, 1985:75)

Orlandi ainda coloca que:

"Na segunda metade do século XIX, foram criadas várias instituições assistenciais para crian-

ças", ainda que não atendidas as necessidades da época, estas eram mantidas por filantropos e entidades religiosas, e somente no início deste século, que foram sendo assumidas pelo Estado, não somente na questão do abandono, como também na denominada "delinqüência". Em São Paulo, no ano 1902, foi criado o Instituto Disciplinar, após foram criados os reformatórios e institutos correcionais, daí o Estado, começa então a encarregar as entidades filantrópicas aos "carentes e abandonados". (Orlandi, 1985:78)

1.3. Uma Breve Leitura Sobre Maus-Tratos na Ótica Jurista

"Os direitos são faculdades que as pessoas possuem, asseguradas por lei, de exigir certas condutas das outras pessoas com quem convivem ou que interferem em suas vidas, para terem garantido o respeito aos seus bens, aos seus interesses e aos seus valores pessoais. Todo sujeito de direitos é sujeito de deveres". (Sêda, 1991:19)

Sem qualquer pretensão, apenas com a tentativa de propiciar um olhar superficial e uma breve reflexão, sobre a questão dos maus-tratos frente à legislação vigente, discorreremos sobre a temática, partindo do pressuposto de que toda a pessoa humana possui direitos, e que a atual legislação foi fruto de um longo caminho seguido, vindo das lutas internacionais, que segundo Mendez:

"O processo vai de 1889 (criação do 1º Tribunal de Menores) a 1989 (Convenção Internacional dos Direitos da Criança), constitui longa cami-

nhada. Uma trajetória que pode ser resumida na passagem do menor da condição de objeto da compaixão, repressão à criança adolescente, sujeito pleno de direitos". (Mendez, 1991:32)

Em ordem cronológica, iremos citar alguns fatos recentes, de suma importância para a compreensão da atual situação do Direito da Criança e Adolescente:

- Em 20/11/59, em Assembléia Geral das Nações Unidas, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, garantindo leis de proteção, do atendimento das necessidades básicas, e em seu Art. 9º, ressalta que a criança deve ser protegida contra quaisquer formas de violência, negligência, crueldade e exploração.

No Brasil:

- Em 1927 é aprovado o primeiro Código de Menores (Mello Mattos), criando-se um conjunto de grande internatos, para readaptar os menores delinqüentes.

- É criada a Lei 4.513/64, que dispõe sobre a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criando a FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR, perpetuando as FEBENS, como divulgação e atuação dos profissionais na concepção de "menoridade", como "desajustados", menores delinqüentes e infratores, com uma característica estigmática e discriminatória, sem a participação da sociedade em suas elaborações.

- Em 05/10/88, é promulgada a Atual Constituição, que inseriu, em seu contexto, no capítulo VII, sob o título DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO, princípios gerais, que visam "ampliar e modernizar a conceituação de família, propiciando um desdobramento no que tange a direitos, rompendo com os fenômenos discriminatórios, dentro de uma linha de proteção.

Esta norma permitirá à sociedade brasileira uma amplitude de direitos e deveres, determinando o cumprimento do papel do Estado como suporte fundamental às famílias para o exercício da sua função". (Moraes, 1991:11)

Para melhor entendimento, passamos a transcrever os artigos n^{os} 226 e 227, que fixam a legislação pertinente:

"Art. 226 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

... Parágrafo 8^o - O ESTADO assegurará assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

... Parágrafo 4^o - A Lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente". (Constituição do Brasil, 1988:147-149)

Na realidade, está assim formulada no texto constitucional, porque a sociedade brasileira, representada por organizações que se ocupavam da matéria, levaram ao legislador constituinte a necessidade de detalhar exigências no campo dos deveres e dos direitos, em face do grau e das formas com que tais deveres são descumpridos e dos direitos violados.

Fixadas as linhas gerais de sua estruturação nos artigos 226 e 227 da Constituição, foi sancionada e publicada, em 13 de julho de 1990, a Lei n^o

8.069, que veio, afinal, regulamentar essa matéria constitucional de tão alta relevância.

O ECA concede às crianças e aos adolescentes de nosso País a condição de sujeito de direito.

O novo Direito da Criança e do Adolescente introduziu nova e engenhosa forma de permitir a interação de um conjunto de fórmulas eficazes para o atendimento dos direitos e dando suportes de garantia, quando estes forem violados.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente traz, em seu bojo, uma nova doutrina. Rompendo com o trato até então dispensado a crianças e adolescentes vitimizados, que estava centrado, em um caráter sujeito e discriminatório, apresenta uma concepção garantista, que cria salvaguardas/jurídicas capazes de assegurar à criança e ao adolescente o respeito à sua condição de sujeito de direitos, pessoa em condição peculiar do desenvolvimento”. (Moraes, 1991:13)

Cabe ressaltar que o Estatuto, em seus 267 artigos, são resultados de uma longa caminhada em luta da concretude do desafio marcado pela participação dos diversos segmentos do país, como a sociedade civil (Movimentos Sociais - ONG'S), o Estado e alguns juristas, além de outras pessoas comprometidas com a infância e adolescência no país. Sempre buscando a garantia dos direitos, na consolidação de um novo olhar sobre a criança e adolescente, numa tentativa de reconstrução do universo das Políticas Sociais, na superação do modelo tradicional, possibilitando, desde sua promulgação até a presente data, ainda que timidamente, o direito às crianças e adolescentes, de "todas as classes sociais, raças, credos, o direito de terem direitos, conceituando-lhes

como "sujeito de direitos", apropriando seu pleno desenvolvimento como pessoa e cidadão.

No que diz respeito à temática de maus-tratos, o ECA é bem claro quando ressalta que:

"Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

Também menciona a responsabilidade de todos nós, nos seguintes artigos:

"Art. 13 - Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

... Art. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade de integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente ...

... Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor".
(ECA, 1990:19-20)

Ainda sobre isto, a Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada a 05/10/89, menciona, no art. 186, no parágrafo Único, inciso III, que cabe ao Estado promover, a "criação de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no seio das

relações familiares, bem como locais adequados ao recolhimento provisório das vítimas de violência familiar".

Diante de tudo isso, buscamos ainda elementos para elucidar tal assunto, no Código Civil (Lei 5.869 de 11/01/73), que apresenta a paternidade como pátrio poder e em seu art. 384, menciona a competência da guarda dos filhos. Fixando, ainda, no inciso VII, "exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição."

Também ressalta a perda do pátrio poder dos pais, por ato judicial, conforme o art. 395, incisos:

I - Que castigar imoderadamente o filho.

II - Que deixar em abandono.

III - Que praticar atos contrário à moral e aos bons costumes.

Faz-se necessário o comprometimento de todos nós, com a conservação da garantia dos direitos das crianças e adolescentes, na busca do reconhecimento destes como ser livre, detentor de direitos fundamentais, enquanto pessoa e cidadão, respeitando-se sua peculiaridade de ser em desenvolvimento em formação.

Partindo do que nos coloca Steiner:

"Toda violência do que resulte perigo ou dano à saúde, à integridade física e à moral ofende valores juridicamente tutelados pela norma penal, configurando CRIME". (Steiner et al. 1986:130)

Sendo assim, utilizaremos o Código Penal vigente (Decreto-Lei 2.848, de 07/12/40, alterado em sua parte geral pela Lei nº 7.209, de 11/07/84), que entende violência, "como toda ação ou omissão que resulte em constrangimento ou lesão física, tornando a criança, vítima inocente dessa violência."

Dentro da Legislação Penal, muitos são os fatores ilícitos, considerados como CRIME, que descrevem consultas de violência contra crianças e adolescentes. Capítulo contra a vida e a saúde versa sobre:

Art, 133 - os tipos delituosos de infantícidios, art, 134 - abandono de incapaz (menores de 14 anos), art. 135 - exposição ou abandono de recém-nascidos, 135 - omissão do socorro e o art. 136, que especialmente trata sobre os maus-tratos.

Meyer comenta que:

"O Artigo 136 do Código Penal Brasileiro legisla sobre maus-tratos, incluindo tal tema no capítulo dos crimes de perigo à vida e à saúde e define mau-trato: "expor a perigo a vida e a saúde da pessoa, sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia quer privando-a de alimentação, trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando dos meios de correção ou disciplina". (Meyer, 1988:17)

Porém vale salientar que são as famílias de baixa renda as "mais" denunciadas, e que sofrem interferências mais diretas dos órgãos governamentais repressivos, sendo sujeitas às sanções previstas em lei, quando autores dos "delitos", mesmo ainda que esse fenômeno perpassasse todas as classes sociais.

No entanto, entendemos que a violência doméstica, especificamente a violência perpetrada pelos pais nos filhos, não pode ser vista como consequência fragmentada do contexto social-cultural-psíquico-político e econômico, no qual inserida, levando em conta que a violência no universo familiar é oriundas de múltiplos fatores, onde a aplicação de pena deve ser bem analisada e refletida, pois acreditamos que a sanção legal não é o remédio mais

eficaz, nem tão pouco contribua para a diminuição deste tão cruel e complexo "Mal Social".

Objetivando uma melhor compreensão, discorreremos brevemente, no próximo tópico, sobre a violência social, da qual milhares de crianças são vítimas.

1.4. Violência Social Vitimizando Milhares de Crianças e Adolescentes

A violência social é a macroviolência, que compreende a omissão por parte do Estado e da Sociedade em sua totalidade, na garantia dos direitos básicos e de sua execução na cotidianidade, representando uma das principais causas de maus-tratos às crianças e adolescentes, inicialmente vista apenas como característica peculiar dos países subdesenvolvidos, passando a partir dos anos 70, a ser discutida a nível mundial, devido à luta pela garantia dos direitos sociais, políticos e humanos, buscando o exercício da CIDADANIA, muitas vezes anulada pelas micro e macrorrelações, que encobrem as contradições de dominação e poder, o que torna difícil a convivência sem atos agressivos e violentos.

A crise sócio-econômico-político-cultural mundial tem influenciado historicamente na degradação dos valores da sociedade humana e, como consequência, a principal vítima tem sido a FAMÍLIA, traduzindo-se em repercussões no cotidiano dessas famílias, como o desamparo, o desamor generalizado, e a prática de atos violentos contra a CRIANÇA e o ADOLESCENTE.

Santos menciona, sobre a origem da violência social, que:

"Tem suas raízes na estrutura sócio-econômica vigente no país, na estrutura agrícola que favorece a migração interna, propiciando um estado

de pobreza e contribuindo para a desagregação familiar dos menos afortunados, afastando seus membros cada vez mais de possibilidades de ascensão profissional, do direito a aspirações no presente e no futuro, distanciando o indivíduo do direito a exercer a plena cidadania". (Santos, 1987:44)

Estatísticas da América Latina demonstram que há 6 milhões de crianças submetidas a maus-tratos e que anualmente 80.000 morrem violentamente.

Dados da UNICEF mostram que a mortalidade infantil, ainda, alcança proporções altíssimas, haja vista que semanalmente morrem, no mundo, 250 mil crianças com menos de cinco anos, sendo a maioria oriunda dos países subdesenvolvidos.

No Brasil não é diferente. Cerca de 400 mil crianças de 0 a 5 anos morrem anualmente por falta de alimentação, vacinação e atenção adequadas.

A violência social é

"... sem dúvida, a maior e mais presente das violências, com reflexos marcantes na estrutura física e psíquica da criança, determinando seqüelas, desde um retorno na aprendizagem escolar, quando se consegue acesso à escola, a demência precoce ou tardia". (Santos, 1987:44)

Fatores como a migração do campo para a cidade, a falta de empregos ou uma grande maioria no mercado de trabalho informal, a baixa escolaridade, a desnutrição, o despreparo dos pais em relação aos filhos, a exploração nas relações de trabalho, vêm contribuindo para o enfraquecimento das relações entre as pessoas. A falta de políticas sociais que venham atuar como fator de diminuição dessa situação caótica, tudo isso tem contribuído para o

aumento da violência nas formas de violência social, violência urbana, violência no campo, violência nas relações estruturais, nas relações interpessoais, nas relações entre pais e filhos, aparecendo a segregação dos seres humanos menos favorecidos, numa luta pela sobrevivência, nas relações de poder, onde estes fatores têm repercutidos em todas as camadas sociais, sendo presente e constante no cotidiano do Brasil.

A realidade das crianças e dos adolescentes brasileiros é dramática.

Nos centros urbanos, o extermínio de crianças assume dados alarmantes, como resultado da ação de grupos da morte. São 32 milhões de crianças e adolescentes que estão na marginalidade, excluídas, à margem da sociedade, vivendo nas ruas, entre idades que variam de zero à 18 anos, visto já possuímos na novas gerações, advindas dos meninos de rua, até os 18, 19, ..., quase todas tem uma história semelhante. A maioria vinda de famílias pobres demais para atender às necessidades básicas de seus filhos, condicionando-os ao abandono.

Várias pesquisas mostram que nestas famílias, o pai (quando presente na composição familiar), na maioria das vezes desempregado ou vivendo de biscates no mercado informal, é oriundo da zona rural; a mãe, antes responsável direta pela educação dos filhos, tem que passar o dia todo fora, trabalhando (no mercado informal) para complementar a renda, quando não, para sustentar a família toda, deixando seus filhos, "ao deus dará", visto trabalharem em áreas distantes de onde moram, aparecendo na maioria dos casos, a insuficiência no cumprimento das necessidades básicas, como alimentação, educação, saúde, habitação, e as crianças sabendo que não lhes sobram outras alternativas, pela falta de programas sócio-pedagógicos de prevenção, partem para as ruas em busca de trabalho, ou de um "bico", que lhes garanta alguns trocado

e com eles, "o pão do dia-a-dia", mas como estratégias de sobrevivência, alguns utilizando-se de formas ilícitas, como pequenos furtos, envolvimento em quadrilhas, no mundo das drogas, (no tráfico ou como dependentes), entrando de cabeça para o obscuro mundo da criminalidade, onde sem dúvida, na maioridade, sairão das ruas para as penitenciárias, ou engordando os bolsões de miséria dos grandes centros urbanos do país.

No campo, a situação se dá de forma diferenciada, apenas pela questão espacial, relacionada muitas vezes às circunstâncias de conflitos de terra.

Paula comenta sobre isso ainda:

"São várias as formas de violência contra as crianças e adolescentes no campo: detenções arbitrárias, maus-tratos, violências sexuais, ofensas morais, dentre outras, ... até chegar ao próprio extermínio ... violentados, nos anos de 1964 a 1990, período em que a questão agrária adquire contornos de uma tragédia social". (Paula, 1992:6)

Na era da informática, tecnologia avançada, fica difícil aceitar o quadro trágico da miséria, do abandono, da exploração com que vivem e morrem as crianças e adolescentes no Brasil. Segundo dados do IBGE, em 1992, a realidade brasileira encontra-se num estado lastimável:

- O Brasil tem cerca de 65 milhões de crianças e adolescentes com idade de até 18 anos.

- Anualmente, 250 mil crianças morrem antes de completar o primeiro ano de vida; destas, a metade não sobrevive no primeiro mês.

- Em razão das precárias condições de assistência pré-natal e ao parto, registram-se 120 casos de mortalidade materna em cada 100 mil nascimentos.

- Do total de internações na rede da previdência social, 30% corresponde a crianças com menos de dois anos.

- Uma em cada quatro crianças sofre de desnutrição, que leva a deficiências mentais irreversíveis, sendo um drama para 15% delas.

- Moram em domicílios sem saneamento básico adequado, 55% das crianças de um a dezessete anos; no Nordeste esse percentual chega a 85%.

- Mais de 4 milhões de crianças nas idades de 7 a 14 anos estão fora das salas de aula; de cada 100 que se matriculam na 1ª série, apenas 18 chegam ao final do 1º grau.

- Entre os 7 e os 14 anos, a taxa nacional de analfabetismo é de 28%; no Nordeste é de 51%.

- Há 18 milhões de analfabeto com mais de 15 anos.

- Cerca de 70% não concluem o 1º grau e 28% dos matriculados concluem a 8ª série.

- Boa parte das crianças que abandonam o estudos vê-se obrigada, pela necessidade de sobrevivência, a entrar prematuramente no mercado de trabalho - destas, mais de 26% pertencem às famílias com renda de até um quarto do salário mínimo; 32 milhões deles, em família abaixo da linha de pobreza, menos de 1/2 salário mínimo.

- Nas grandes metrópoles brasileiras, cerca de 4% das crianças não moram com a mãe; na Grande São Paulo, por exemplo, essa dura realidade estende-se a 200 mil menores.

Temos de dizer basta! Não podemos continuar a ser o Brasil das carências inaceitáveis e desumanas que afetam nossas crianças. Não podemos ser o Brasil do "Brasis", um extremamente rico e outro miseravelmente pobre.

O Brasil tem mais de 8,6 milhões de domicílios pobres urbanos, sendo que 2,8 milhões estão no nível de indigência. No meio rural, são 3,2 milhões de domicílios de extrema pobreza e seus moradores têm dificuldade no acesso a programas de assistência, como o de distribuição de alimentos, saúde, etc. Os dados foram divulgados pelo professor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp (Universidade de Campinas), Juarez Brandão Lopes, no seminário sobre política nacional da família, promovido pelo Ministério do Bem-Estar Social.

A questão da violência a crianças e adolescentes traduz cada vez mais em conseqüências deploráveis. A violência está nas ruas, crescendo na mesma intensidade que a miséria e a naturalidade, quase inerente a nossa personalidade, porque não mais nos despertarmos para toda essa gama de atos violentos na nossa vida cotidiana, através dos meios de comunicação.

Teixeira coloca que:

"Um dos mais recentes levantamentos estatísticos da mortalidade no Brasil, elaborado pelo Ministério da Saúde entre os anos 1983 e 1988, mostra que a violência já se transformou na segunda causa de morte no Brasil, situando-se atrás apenas das doenças cardiovasculares. De fato, a pesquisa comprovou que 18,87% dos homens foram vitimados em 1985 pela violência, em comparação com os 16,20% registrados em 1980. Embora as mulheres venham muito abaixo na pesquisa, a mortalidade pela violência entre elas também vai crescendo: de 5,74% em 1985.

“O crescimento do número de homicídios entre os homens é impressionante, diz um recente trabalho sobre a violência. Mas as crianças também não estão excluídas desse universo brutal. Assim, a taxa de mortalidade infantil, por mil, entre 1980 e 1985, mostrou que a violência havia vitimado 0,54 neste último ano, com uma variação de 1,99% em relação a 1980. A cifra superava a de cardiopatias de causas de morte não evitáveis.

As mais altas taxas de mortalidade por violência se encontram na Região Nordeste". (Teixeira, janeiro de 1993:44)

Ainda segundo ele, os jovens estão entre as maiores vítimas da violência. Em 1987, a partir dos 10 anos de idade, mais da metade dos óbitos é provocada por homicídios, suicídios, acidentes e envenenamento. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, essa proporção chega aos 66,4%. No caso de vítimas de agressões físicas as reações são: 61% não recorreram às autoridades. Entre esses, 54,1% disseram que não acreditavam em providências. O maior nível de pessoas que não recorreram estava no Norte (66%), e o menor número, no Sudeste (58%). A maior descrença foi localizada no Nordeste (60%), e a menor, no Sudeste (51,9%).

Tanto é que presenciamos, há pouco tempo, a invasão do exército, nas ruas do RJ que estão dominadas pela chamada violência urbana, com cifras que assustam a opinião pública como as mencionadas pela Revista Veja de novembro/94:

"- Quatro seqüestros por semana no Rio de Janeiro.

- Um homicídio a cada trinta horas em São Paulo.

- Procissão de Nossa Senhora da Penha cancelada devido a boatos de intervenção dos traficantes.

-Traficantes negociam 1.300 quilos de cocaína por semana em 45 favelas do Rio de Janeiro.

- Dossiê revela que 70% da Polícia Civil e 20% da Polícia Militar são corrompidos.

- Homicídios no Rio aumentam 22,6% em dois anos.

- Assassinatos aumentam 24,5%.

- Cresce 46,7% o número de homicídios entre 1984 e 1993.

- 1.080 crianças de zero a 17 anos assassinadas no Rio entre janeiro de 1991 e julho de 1993.

- 60% das vítimas em São Paulo têm menos de 25 anos.

- O Rio tem 65,4 assassinatos por 100.000 habitantes; São Paulo tem 37,9.

- O Rio tem 61 homicídios para cada 100.000 habitantes; São Paulo tem 28 e Nova York, 30.

- O Rio tem um homicídio por hora, 23 ao dia, 681 ao mês, 7.635 ao ano.

- Um assassinato para cada 700 cidadãos cariocas". (Revista Veja, 23 de Novembro de 1994)

Cabe salientar que, quando falamos de violência no âmbito familiar, e como a maioria das famílias pertencem a uma grande maioria que percebe 1/3 da renda total, o fator "pobreza ou condições econômicos" também é contabilizado para compreender este fenômeno que assola o país.

Quadros ressalta sobre o que:

Três a quatro milhões de crianças morreram de desnutrição e de enfermidades em 15 anos de guerra no Afeganistão, anunciou esta semana a Unicef. Segundo Tony Carter, responsável nesse país do Fundo das Nações Unidas para a Infância, 50 mil mulheres teriam morrido devido à falta de socorro médico durante este mesmo período. A Unicef atribui esta hecatombe a problemas médicos, considerando inclusive que as mulheres não podem utilizar os serviços de médicos do sexo masculino". (Diário Catarinense, 16 de outubro de 1994)

"Milhões de crianças no mundo inteiro trabalham como empregadas domésticas, prostitutas, vendedoras ambulantes e trabalhadores em pequenas fábricas ou lavouras da família, revela pesquisa sobre trabalho infantil em 19 países realizada pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos.

"Há crianças trabalhando em uma ampla variedade de atividades econômicas", diz o estudo, de 185 páginas apresentado esta semana às comissões de verbas do Congresso norte-americano. A Organização Internacional do Trabalho, uma agência da ONU com sede em Genebra, estimou que existem de 100 milhões a 200 milhões de crianças trabalhando no mundo, sendo a esmagadora maioria delas (95%) de países em desenvolvimento". (Diário Catarinense, 02 de outubro de 1994).

Nos EUA, considerado potência mundial, estudos comprovam que os adolescentes estão mais violentos:

"Apesar das condições gerais da população infantil (entre 1 a 14 anos) norte-americana ter melhorado nos últimos seis anos, o que se pode verificar pela diminuição nos números da taxa de mortalidade, o número de adolescente pre-

"Pobres são as pessoas que ganham menos de US\$ 400 por ano. Segundo o Banco Mundial, que é quem assim os classifica, existem 1 bilhão de seres humanos em tais condições. Isso representa a quinta parte da população do planeta. Este mesmo planeta produz, todos os anos, US\$ 25 trilhões ou, equivalentemente, US\$ 5 mil por habitante, 750 milhões destes habitantes residem nos países industrializados, que, reunidos, geram anualmente US\$ 15 trilhões. A renda dos pobres, portanto, é menor do que a décima parte da renda per capita do mundo e 50 vezes menor do que a renda per capita dos países industrializados". (Revista Conjuntura Econômica, out/92:22)

Ainda, ressalta no artigo denominado, "Pobres para sempre", que há uma fração do Brasil, habitada por 60 milhões de indivíduos, que possui esse nível de renda per capita anual. Este Brasil pobre, ou de pobres, tem estatura populacional equivalente a meio Paquistão, 1/3 da Indonésia ou quatro vezes o Sri Lanka, três países com renda per capita vizinhas dos US\$ 400 anuais. Dentro desse Brasil sobrevive um outro, de feições subsaarianas, cujos 30 milhões de habitantes dispõem de rendas per capita da ordem de US\$ 280 anuais. A população deste país equivale a duas vezes a população de Uganda ou quatro vezes à de Mali, dois de seus companheiros de classe de renda per capita.

Outra situação dramática é a prostituição infantil, vivenciada no cotidiano por milhares de meninas e meninos que fazem da rua seu espaço de trabalho.

DIMENSTEIN coloca que o Brasil encontra-se na "mira das entidades internacionais de direitos humanos, devido à prostituição infantil, que alguns dados oficiais, atende 500 mil crianças. Durante a Conferência Mundial

de Direitos Humanos em Viena (Áustria), foram divulgados documentos colocando o Brasil como o primeiro na América Latina. O País ficou em segundo lugar no mundo, perdendo para a Tailândia (mais de um milhão). Foi dada igual ênfase à escravidão e exploração sexual nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste". (Jornal Folha de São Paulo, 04 de julho de 1993)

Na realidade, no Brasil, as crianças são agredidas desde o nascimento, na medida em que não dispõem de estruturas de apoio à família, negando-lhe acesso à alimentação, direitos igualitários, à saúde, educação, trabalho, garantidos por leis, mas ainda distanciados da realidade cotidiana dessas famílias e dessas crianças.

Também cabe ressaltar que as desigualdades sociais são universais, como podemos observar em diversos exemplos noticiados:

"A América Latina é a região do mundo onde estão as piores desigualdades sociais, afirmou o diretor do escritório de Washington da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), Isaac Cohen. Segundo estatísticas apresentadas por Cohen, baseadas em estudos do Banco Mundial, cerca de 40% da riqueza da região estão nas mãos de menos de 10% da população, fazendo com que 192 milhões de pessoas vivam na miséria. (Diário Catarinense, 30 de abril, 1995)

No mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos, a situação de infância não é diferente:

"A diarreia mata cerca de 300 mil crianças todos os anos em Bangladesh, informou a agência de notícias News of Bangladesh, citando fontes de governo.

sos por crimes violentos aumentou em 50% entre 1985 e 1991, segundo uma pesquisa realizada pela "Annie Casey Foundation" de Washington e publicada este mês pelo "Los Angeles Times". (DC, 15/05/94)

Também aumentaram nesse período os casos de desistência escolar e de gravidez involuntária (a taxa de menores de 20 anos dando à luz cresceu 20%). As mortes violentas de adolescentes aumentaram em 13%. Os dados foram extraídos de publicações de órgãos oficiais.

"As crianças, de 1 a 10 anos, parecem ser criadas em boas condições, mas quando começa a transição para a adolescência, para muitas delas faltam oportunidades de trabalho. As consequências são as criminalidades e a delinquência", explica Douglas W. Nelson, diretor da fundação que realizou a pesquisa. Dos jovens que estão nessa péssima situação, 80% são negros ou hispânicos, informa o estudo". (Diário Catarinense, 15 de maio de 1994)

Porém se faz necessário colocar que estas formas de violência, ainda que por nós brevemente mostrada, devido à sua amplitude e complexidade, são praticadas contra crianças e adolescentes, independentes de sua classe social, raça, credo, nacionalidade, ocorrendo nas ruas, nas escolas, nas instituições, nas relações macro-estruturais, nas relações inter-pessoais, culminando nas relações de pais contra filhos, no seio da má família, neste universo familiar como aparência angelical, de proteção e amor, escondida pelo "SILÊNCIO DAS SUAS PAREDES E DAS SEQUELAS EM SUAS VÍTIMAS", que se constituem num exército numeroso, e que durante os tempos, tem vitimado milhares de soldados infante-juvenis, onde provavelmente, estes no amanhã

serão os grandes oficiais, reproduzindo o ciclo da Violência contra crianças e adolescentes no universo familiar.

É sobre isso que iremos tratar, ainda que pela dificuldade de ausência de publicações (no Brasil) desta temática, no próximo tópico, e sobre isso que versaremos como objetivo principal do presente trabalho.

1.5. Maus-Tratos no Universo Familiar

Desde o princípio da Humanidade, esteve presente o fenômeno das relações violentas entre pais e filhos, e ainda hoje persistem as mais variadas formas de desamor às crianças, como os maus-tratos, o abandono, a negligência, a exploração, entre outros.

GUERRA coloca que,

"O fenômeno das relações entre pais e filhos talvez tenha estado presente desde os primórdios da raça humana, embora não se possa provar essa assertiva em função da escassez de publicações que recupera este enfoque." (GUERRA, 1985:13)

A violência doméstica muitas vezes é aceita. Por serem considerados métodos educativos, esses maus-tratos e castigos em alguns casos são vistos, tanto pelo agressor como também pela vítima, como algo natural e normal, permeando cotidianamente suas relações familiares, incorporando a agressão como rotina.

Para MEYER,

"Bater nos filhos é um acontecimento tão comum quanto considerado necessário. Muitas vezes, a denúncia da violência contra as crianças só chega ao conhecimento das autoridades por intermédio da própria criança" (MEYER, 1988:16)

Podemos colocar que os maus-tratos são consequências de inúmeros fatores, considerado como "Tema maldito", difícil e complexo, porque desvenda uma face da família, que luta pela preservação de protótipo de um lugar de proteção aos filhos, aos que em muitos casos, em vez do amor, respeito e

carinho, os filhos encontram-se frente a inúmeras agressões sofridas, desqualificando-se enquanto elemento protetor.

Até por que, muitas vezes é visto somente como fenômeno do contexto familiar, de âmbito privado, fazendo-se necessário considerarmos também, todo o contexto sócio-político-econômico-cultural, e indo ao encontro das desmistificações desse mito, de que "a família, enquanto instituição social e sagrada, pode através, de suas relações familiares, desencadear relações de poder, dominação, violência", sem que haja interferência de outros, pois é dentro do âmbito doméstico que isso acontece. Então ninguém deve indagar, questionar ou interferir nos atos desencadeadores dessas relações, onde muitas vezes a maior vítima é a criança e o adolescente.

Isto porque em todas as relações, a criança apresenta-se submetida aos adultos, que exercem uma autoridade sobre ela, estabelecendo-se uma relação de poder, que é passada como natural e não social, onde a obediência e a submissão são um dever, devendo ser cumpridas à risco, independente de que as ordens venham suprimir os direitos desta criança.

Guerra afirma:

"Ao se pensar como natural a autoridade do adulto sobre a criança, está-se, de certa forma, justificando-a, sabendo-se que sob certas circunstâncias ela não é justa". (GUERRA, 1985:55)

Sobre essa questão da autoridade, CAMINI coloca que nem sempre a autoridade é sinônimo de respeito, mas inúmeras vezes demonstra medo:

"É mais fácil que a criança sinta medo de um pai autoritário, do que respeito. Um bom Pai poderá exercer sua autoridade de forma a não intimidar a criança; do contrário nada consegui-

rá, além de um par de olhos medrosos e assustados à sua frente".
(CAMINI, 1985:30)

Ao mencionarmos a autoridade dos pais, e hoje, devido aos movimentos de preocupação com a criança, na defesa dos seus direitos e no seu reconhecimento, a família passou por transformações, no meio de turbilhões sociais, questionando-se quanto ao seu financiamento, estrutura e suas relações. Além do que não podemos entender ou "olhar" a criança como entidade isolada, porque pertence a um núcleo familiar, exigindo que os profissionais tenham um novo olhar desta criança, não fragmentado, mas percebendo-a em seu contexto familiar e atuando sobre uma perspectiva da totalidade, das percepções e relações dos membros, assim juntamente com uma leitura contextual na qual está inserida.

Ainda hoje, a figura dos pais autoritários, aplicando métodos agressivos, que vai de agressões físicas, psicológicas, abuso sexual, com o propósito de agir, visando o "seu bem", utilizando-se da força, da coerção e apressão, para realizar certa atitude pela punição a que "considera culpado".

Guerra, ao dedicar-se à temática de Maus-Tratos, em sua obra, estudando as relações entre pais e filhos, coloca que:

"O estudo do fenômeno envolve um componente ameaçador para seus protagonistas, pelas consequências que acarreta na legislação (criminais para os agressores e possibilidade de separação da criança dos pais pelas vias de institucionalização, guarda por terceiros, adoção)".
(GUERRA, 1985:15)

Ao conceituar o termo violência, Guerra emprega-o como:

"situações de força (sobretudo de procedência exterior à pessoa que sofre) que se opõe à espontaneidade, à naturalidade, à responsabilidade jurídica".

(GUERRA, 1986:88)

Esta violência que os pais muitas vezes passam a adotar contra os filhos, socializando-os pela violência, ou como técnicas corretivas, segundo Guerra, assume quatro facetas:

1. Física: quando a coação se processa através de maus-tratos corporais (espancamentos, queimaduras, etc);
2. Negligência: em termos de cuidados básicos (alimentação, vestuário, segurança, etc);
3. Sexual: quando a coação se exerce tendo em vista obter a participação em práticas eróticas;
4. Psicológicas: quando a coação é feita através de ameaças, humilhações, privação emocional".

(GUERRA, 1986:88)

Independente de suas formas, todas as formas de violência além de provocar seqüelas nas vítimas, estando estas presentes também no agressor, que vão de encontro a negação e descumprimento dos direitos das crianças, tornando-as meras elaborações jurídicas, deixando de lado que ambos (agressor e agredido), estão envolvidos num ciclo vicioso de violência, que muitas vezes não conseguem sair, se expressando através de vivências cotidianas.

A violência no universo familiar, hoje é uma questão em evidência, independentemente da forma em que ela se manifeste.

Apesar disso tudo, somente em 1987, na cidade de São Paulo, foi publicada a primeira pesquisa "brasileira" sobre o assunto, que registrou uma

gama de formas de imposição dessa violência à vítimas na faixa etária de 0 a 18 anos, dentre elas: socos, bofetadas, pontapés, beliscões, empurrões, mordidas, arremesso (contra móveis, paredes, janelas), arrastão (pelos órgãos genitais, pelo cabelo) arranhaduras, encarceramento, agressões (com facas, foices, alicates, martelos, tacos de bilhar, paus, barras de ferro), açoitamento (com fios de ferro, correias de automóveis, cordas, correias de máquina de costura, chicotes), queimaduras (com cigarro, velas, água fervente), ingestão forçada de psicotrópicos ou de bebidas alcoólicas, imersão forçada do corpo inteiro ou partes dele em água fervente, imersão da cabeça em privada ou tanque de água fria.

Demonstrando que o Brasil revela uma pobreza muito grande de dados, especialmente no que tange ao fenômeno aqui tratado, estimulada pela "Lei do Silêncio" que impera no seio familiar, e contribuindo para que no país, não se tenha uma visão generalizada do problema de Maus-Tratos no âmbito familiar, onde anualmente morrem milhares de crianças e adolescentes vitimados pela violência, encobertas sob "acidentes", ignora-se as lesões provocadas intencionalmente, como a denominada "Síndrome da Criança Espancada".

Segundo Azevedo (1985:28), a violência doméstica contra crianças e adolescentes:

- " - é uma violência interpessoal e intersubjetiva;
- é um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais ou responsáveis;
- é um processo que pode prolongar por meses e até anos;
- é um processo de completa objetualização da vítima, reduzindo-a à condição de objeto de maus-tratos;
- é uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoas, e portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança;

- tem na família sua ecologia privilegiada. Como esta pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo".

Cabe ressaltar que essa violência doméstica muitas vezes está relacionada a métodos corretivos.

O relacionamento entre pais e filhos realmente é algo bastante complexo e mutável ao longo do desenvolvimento da criança: muitas dificuldades, por exemplo, que os pais tiveram quando pequenos e dificuldades relativas à vida atual - no casamento, na profissão ou no ambiente onde vivem - transparecem na relação com os filhos, podendo gerar problemas.

Educar filhos é tarefa complexa: cada nova etapa do desenvolvimento da criança é um desafio à criatividade e à flexibilidade dos pais, pelo muito que deles exigem em termo de mudança de padrões de conduta e de atendimento às necessidades e solicitações do filho.

Geralmente, a única bagagem que se dispõem para educar filhos é a própria experiência como filhos, o firme propósito de fazer o que os pais fizeram, ou exatamente o oposto.

Luiz Carlos Prates, em um artigo do jornal DC de 03/10/94, afirma que:

"A pior e a mais inesquecível surra que uma criança pode levar é ver o pai e a mãe brigando".
 "Casais que brigam na frente dos filhos estão criando, quase sem saber, crianças agressivas e com personalidade seriamente abalada".

Menciona ainda que:

"brigas" de casais e as palavras usadas nas brigas ajudam decisivamente a formar a per-

sonalidade da criança e a desenvolver a seriedade da timidez e do retraimento do futuro adulto. A timidez costumeiramente tem origem na infância, na mais remota infância. A boa ou má personalidade se estrutura aos primeiros tempos de vida e depende muitíssimo das relações interpessoais dentro da família. Pai e mãe briguentos fazem crianças assustadas ou agressivas. As assustadas se tornam as tímidas da vida adulta. As agressivas buscam inconscientemente compensação da frustração através da agressão e se encenam seriamente nas relações com a sociedade. Claro que não são apenas as brigas dos pais que fazem adultos tímidos e sem iniciativa, mas as brigas têm um componente extremamente traumático na vida de toda criança. O melhor é a harmonia do casal, a fonte protetora da boa segurança de todos nós. Na realidade, sabe-se que dessa forma essas brigas sérias, graves, cheias de palavras duras, cruéis e que chegam ao espancamento, muitas vezes, essas brigas ofendem a personalidade infantil, formam o caráter da criança e a deixa medrosa para o mundo lá de fora". (DC, 03/10/94)

E nestas famílias onde as crianças são espancadas é comum a violência entre os cônjuges. Segundo alguns teóricos, o espancamento dos filhos muitas vezes segue a violência entre marido e mulher ou a raiva contra um dos cônjuges é desviada para a criança relativamente indefesa. Além disso, os irmãos nestas famílias freqüentemente usam a agressão em outras interações.

Geralmente, para manter a imagem da harmonia familiar, de felicidade no lar, é uma das obrigações de todos os membros da família, principalmente, em nossa cultura machista, da mulher, através do desempenho do seu papel de mãe, se as dificuldades aparecem, os conflitos vêm a olho nu, gerando além de situações tensas e conflituosas, muitas permeadas de violência, que por inúmeros fatores como vergonha, acomodação, baixa auto-estima e outros, essa violência é contagiosa, instalando-se como regra admitida, ou seja, a mãe humilha os filhos, exerce contra eles a lei do mais forte que está sendo exercida contra ela, assim as relações também se degradam, o respeito desaparece, o amor transforma-se em punição e os atos repletos de violência tornam-se quase parte das relações familiares, sempre constantes e presentes. E normalmente, fica no silêncio, e põe-se uma pedra nesse assunto e "não se fala mais nisso".

Na realidade, o universo familiar, tão complexo, é quase um espaço sagrado, regido por suas próprias normas internas; é um "local íntimo e privado", permitindo que nele se revelem os desequilíbrios, desestruturas, desigualdades que se encontram na perda de limites da agressividade, onde essa relação de poder, como o poder do homem sobre a mulher e do poder dos pais sobre os filhos, onde estes devam a obediência e submissão, sem questionamentos, são leis não escritas, mas herdadas do costume, respeitados por todos, inclusive pelos próprios membros familiares, mesmo aqueles que são vítimas de violência. É a lei do mais forte, do "quem manda aqui sou eu", da ideologia

de que "os filhos são meus, quem manda sou eu e então posso fazer o que quiser", sendo repassados hereditariamente. Assim, nessas relações acontecem insultos, agressões verbais, agressões físicas, psicológicas, sexuais e culminando na formação de uma personalidade insegura, tímida, agressiva, com baixa auto-estima, onde a criança demonstra sequelas, que provavelmente serão carregadas durante toda a sua vida, tanto na infância, adolescência e na fase adulta, que terão uma grande probabilidade de transformar-se em pais agressivos, onde a criança novamente é socializada não pelo amor, carinho e respeito, mas pela violência, reproduzindo assim a continuidade do ciclo de violência doméstica, tão arraigado, enraizando-se cada vez mais na relação de dominação e poder dos homens sobre as mulheres, e dos adultos (pais ou não) sobre as crianças e adolescentes. Assim, os direitos desaparecem, entrando em cena os legitimados pelas relações culturalmente estruturadas, numa sociedade adultocêntrica.

A violência que acontece dentro de casa, ao contrário do que muita gente pensa, não é um fato esporádico, nem somente das classes populares, como muitas estatísticas demonstram, porque as várias formas de violência contra crianças e adolescentes atinjam todas as camadas sociais. Ela é frequente, mas desaparece muitas vezes entre quatro paredes, objetivando resguardar o mito "da família sagrada, harmoniosa e feliz", tentando por todas as maneiras alcançar o protótipo de uma família feliz e respeitada nos grupos sociais em que está inserida. Nos casos mais trágicos, entra numa escala que pode terminar no homicídio.

A questão dos maus-tratos às crianças tem recebido cada vez mais atenção da imprensa e dos órgãos de proteção à infância e adolescência nos últimos anos. O limite entre a punição corporal aceitável e a violência inaceitável para com as crianças muitas vezes é difícil ser traçado, e há quem argumen-

te que todos os ataques físicos às crianças são nocivos e errados. Mas todos devem concordar que os extremos de força que ferem, aleijam ou matam crianças são objeto de preocupação social e legal.

Para maior compreensão e conhecimento desta temática, consideramos importante citar algumas estatísticas (que são impressionantes), mencionando alguns artigos, selecionados em jornais de Santa Catarina, demonstrando especificamente a realidade da Capital, Florianópolis, ilha de praias e belezas naturais, mas também de índices tremendos, que atestam não mais "a aparência dos relacionamentos familiares harmoniosos e felizes, e sim o outro lado do espaço familiar, a obscura violência no universo familiar, a qual acontece por diversos motivos e em todas as faixas etárias, classes sociais, credos, etc.

Bastos (DC, 01/08/95), menciona que:

“negligência familiar quase sempre se origina na miséria em que vive grande parte da população. O espaço nos barracos é menor quando um filho está em casa. São considerados improdutivos na medida que não trazem dinheiro. Incomodam os pais quando pedem comida. Por isso, é melhor pedir esmolas, vender balas, suplicar comida”.

Ainda em outro artigo, Bastos menciona sobre a violência sexual:

“Existe uma preocupação cada vez maior dos profissionais e autoridades que atuam na área da infância e adolescência como policiais da 6ª DP, conselheiro tutelares da Ilha e do Continente e técnicos do S.O.S. Criança, en-

tre outros. Estes traçam, nessa tentativa, ariscam um perfil da maioria das vítimas - são meninas de cinco a 12 anos, vindas de famílias pobres e que sofrem violência sexual por mais de uma vez. Mencionam ainda que nas classes média e alta ocorre maior cumplicidade. O medo do escândalo na sociedade faz calar as testemunhas. Afirmam que a maioria das denúncias envolve pais, padrastos ou outros familiares que, se aproveitando da confiança da vítima, extrapolam os limites". (DC, 31/07/95)

Sobre esse assunto, um dos fatos noticiados, recentemente, foi a condenação de "violência", pelas 50 mil mulheres representantes de 185 países, na 4ª Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres, ocorrida nos dias 04 a 15/09/95, na China. Durante as Discussões vieram a tona, a violência contra as mulheres e meninas, as vítimas da guerra, o abuso doméstico e o assédio sexual que permeiam as classes e culturas. A conferência pede a investigação e punição dos crimes cometidos, e que as vítimas tenham acesso à justiça e tratamento.

Além de notificar dados assustadores como:

"Na Ásia, cerca de 1 milhão de crianças são forçadas a se prostituir. A maioria dos crimes sexuais é cometida por pessoas conhecidas da vítima, segundo estudos feitos no Chile, Malásia, México, Panamá e Estados Unidos. Um

estudo feito no Peru revelou que 90% das mães peruanas com menos de 16 anos tinham sido estupradas pelo pai ou por um parente.

Pesquisas feitas no Canadá, Grã-Bretanha, Nova Zelândia e Estados Unidos dizem que de cada seis mulheres, pelo menos uma é estuprada. Na china, assim como na Coréia do Sul e no Paquistão, as estatísticas mostram uma predominância de crianças do sexo masculino, numa indicação do infanticídio feminino, dos abortos por seleção de sexo, e dos nascimentos não registrados de meninas que ocorrem no país. A circuncisão feminina ou mutilação genital, um costume doloroso que pode levar a infecções crônicas e complicações no parto, é praticada em 200 milhões de meninas por ano, em 25 países africanos, como a Somália, Egito, Etiópia, Sudão, Djibouti, Benin e Costa do Marfim". (DC, 03/09/95).

Os casos de violência também são considerados como um dos fatores que levam muitas crianças e adolescentes às ruas, e conseqüentemente aos delitos que são freqüentes nesta perversa realidade vivenciada por meninos e meninas.

Dados estatísticos, da Corregedoria Geral do Ministério Público de SC (DC, 03/09/95), apontam para cifras que chocam todos os segmentos da sociedade catarinense.

ATOS INFRACIONAIS

ANO	1992	1993	1994	1995
Ocorrências	3.478	3.815	3.775	1.597
Audiências de apresentação ao promotor	2.670	3.256	3.591	1.599
Arquivamento de notícia infracional	891	1.065	699	387
Remissões concedidas	1.477	1.653	2.295	921
Representações oferecidas	919	1.045	991	423

Fonte: Corregedoria Geral do Ministério Público de Santa Catarina

Consideramos importante mencionar que somente S.O.S. Criança de Fpolis/SC, nos meses de janeiro a julho de 1995, foram atendidos 896 denúncias, conforme dados levantados pela instituição, publicados no Jornal DC, 30/07/95.

1º SEMESTRE DE 1995 - SOS Criança

Em número de casos registrados	
Denúncias atentidas	896
Maus-Tratos	74
Agressão física familiar (espancamentos)	76
Negligência familiar	130
Serviços prestados*	267
Número de orientações**	214

* Tratam-se de encaminhamento a órgãos específicos, cestas básicas, medicamentos, condução ao lar, outros.

** Englobam conflitos familiares, direitos da infância e da adolescência, outros.

Denúncias estas que se traduzem em Maus-Tratos como: espancamentos, tortura física, psicológica, negligência familiar e abandono.

Atendendo a Grande "Florianópolis", onde todos os dias aparece denúncias de casos de meninos e meninas, que por motivos diversos, recebem socos, têm os dentes quebrados, mãos amarradas com fios ou cordas, braços serrados, pernas acorrentadas, costas e rostos queimados com pontas de cigarro. O agressor é sempre um adulto.

Objetivando contribuir para o atendimento de vítimas, e o estímulo do envolvimento de todos, também buscando a realização de um trabalho preventivo, a equipe técnica de S.O.S. Criança da Capital, coordenada pela Assistente Social Lilian Keli Rech, elaborou perfis dos adultos que maltratam, bem como das crianças maltratadas.

Sendo estes:

Características dos adultos (pais) que maltratam

- Perdem facilmente o controle
- Relatam histórias contraditórias
- Demoram a procurar socorro à criança
- Tendem a diminuir a gravidade da situação
- Geralmente usam drogas (principalmente álcool)
- Inventam que a criança vive se machucando
- Relutam em dar informações de como ocorreu o ferimento
- São de difícil localização

- Justificam os maus-tratos como consequência de crises financeiras, familiares e com a vizinhança

Características das crianças maltratadas

- Aparecem com ferimentos inexplicáveis
- Têm alimentação imprópria, consomem bebidas ou drogas
- Sofrem maus cuidados generalizados
- Apresentam um medo excessivo
- Preocupam-se com o relacionamento dos pais
- Aspectos físicos e emocionais pouco apropriados à idade
- A criança é considerada "má" ou "diferente" pelos pais.
- Evidência de abusos sexuais
- Repetidas lesões na pele ou fraturas
- Ferimentos não mencionados pelos pais

Cabe ressaltar, como alternativas de atuação frente a esta problemática social, a criação de um programa embrião da APLOV, em conjunto com a Divisão da Criança e do Adolescente, (DDS-SSDS) da PMF e com o Deter, no dia 15/03/95, onde 10 (atualmente 20) meninos de rua passaram a atuar como guias turísticos, no Terminal Rodoviário Rita Maria, em Florianópolis. Estes foram também encaminhados às escolas, cursos de formação e a um trabalho de acompanhamento familiar realizado por técnicos de APLOV, que está contribuindo para estas famílias se compreenderem em suas relações familiares, pois a maioria dos adolescentes perambulava pelo terminal, sem nenhuma ocupação.

O projeto prevê, também, que os jovens atuarão quatro horas por dia com direito a uma remuneração mensal.

E é de tudo isso que iremos tratar, no segundo capítulo, na sistematização da prática e análise de pesquisa realizada durante o período, atuando, não tão diretamente, mas no cotidiano dessa vivência presenciamos fatos, constatamos em atentimentos às famílias que nos procuram, e nas observações dos educandos, pudemos constatar que as crianças extremamente agressivas vêm de famílias em que os pais e outras crianças também são agressivas; pequenos conflitos muitas vezes desencadeiam outros de maior importância nestas famílias.

CAPÍTULO II

2. UMA LEITURA DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À PROBLEMÁTICA DOS MAUS-TRATOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2.1. O CEC Parque da Figueira e o Serviço Social

Antes de discorrermos sobre a instituição e sobre o Setor de Serviço Social, faz-se necessário para melhor compreensão desses, falar um pouco sobre o próprio bairro, onde a instituição está inserida.

Localização do Bairro

O Bairro de Saco Grande está localizado no Centro Oeste da Ilha de Santa Catarina. É separado da Baía Norte pelo Mangue, que constitui parte da estação ecológica de Carijós, e é contornado pelos morros de Cacupé, da Pedra do Balão, da Pedra Listada, da Milha, do Manuel Lacerda, das Canelas, da Fortaleza e da Costa da Lagoa, com altitudes entre 300 e 400m. Seu nome provém das características de sua paisagem: uma baía circundada por elevações. A rodovia SC-401 divide o bairro em duas grandes áreas que, segundo a administração pública municipal, chama-se Saco Grande I (mais próximo do centro da cidade) e Saco Grande II (no qual se localiza a maior parte da estação ecológica de Carijós). A população, por sua vez, identifica a primeira área como "João Paulo" (nome da principal estrada que atravessa esta parte do bairro), e a segunda como Saco Grande, ambas subdivididas em regiões menores.

Do ponto de vista do meio ambiente, Saco Grande se caracteriza por preservar áreas ecologicamente importantes, nascentes de água, remanescentes de mata nativa e uma grande área de mangues. No entanto, Saco Grande é um exemplo claro de crescimento e ocupação desordenada, tanto por parte das políticas habitacionais do Governo Federal dos anos 70, como da parte da sociedade mais ampla.

Especificamente a região do Saco Grande II está subdividida em subáreas que por sua vez criaram suas próprias formas de organização. Subdividem-se em: Barreira da Janga, Saco Grande II (à beira da Rod. Principal Vírgilio Várzea), comunidade Sol Nascentes, Parque da Figueira, Monte Verde e Rua da Cruz.

Todas as citadas possuem Conselhos Comunitários e Associações de Moradores:

- Monte Verde - APROCAM - Conselho Comunitário
- Rua da Cruz - Comunidade Carentes (APROCRUZ)
- Parque da Figueira - AMPAF
- * Saco Grande II - COMOSC
- Comunidade Sol Nascente - Associação de Moradores Sol Nascente
- Barreira do Janga - AMBJ

Além destas, há várias outras entidades comunitárias como: ACIC, CPP, escolas, creches, posto de saúde, consultório odontológico, SENAI, SESI, igrejas, centro espírita, templos maçons e o CEC Parque da Figueira.

Ainda sobre o bairro, utilizaremos um texto histórico, para conhecermos o passado, entendermos o presente e elaborarmos metas para o futuro, partindo de que as relações se dão de forma dinâmica.

“Como era o Saco Grande no Passado

"Entre a ponta de Cacupé Grande e a do Recife, que é o extremo norte da Capital, faz a costa uma reentrância, denominada Saco de Itacorubi ou Saco Grande, onde deságuam três pequenos rios - o Manoel Antônio, o do Bornelas e o do Lessa ou Amorim -, cujas nascentes vêm de uns montes próximos ao norte e da encosta do Morro do Padre Doutor, na Lagoa. Toda essa região é plana e recortada por esses rios que formam, a pequena distância da encosta, na altura da estrada circular da Ilha, o local das Três Pontes, chamado por existirem nele três grandes pontes de madeira, a poucos metros umas das outras, pontes que pelo terreno paludoso e raso em que estão, o mar cobre muitas vezes nas preamares anormais.

O arraial do Saco Grande nucleia-se para lá dessas pontes, na parte enxuta do terreno, entre a Capoeira e os montes. É pouco farto de culturas e não prospera na razão da sua situação, tão bem provido de comunicações - rio, mar e estrada - distante apenas a hora e meia do coração da cidade. Seus habitantes são em geral mais pombeiros do que agricultores e ocupam-se mais do negócio de galinhas e ovos, que vão mercar no Desterro, do que das lavouras. Entretanto, o sítio, além de outras culturas, dá bom café e cana, esta última abundante em outros tempos, principalmente na Capotera, onde o velho Siqueira (abastado lavrador de outros tempos) possuía uma fazenda com grandes plantações que pelas épocas da safra, davam açúcar e melado para exportação".

(Virgílio Várzea, Santa Catarina - A Ilha. Rio de Janeiro, Cia Tipográfico do Brasil, 1990)

(Folheto Informativo do CECA/Florianópolis, maio /95).

Hoje o contexto sócio-econômico-cultural deste bairro é diferente, baseado na tese de mestrado em enfermagem de dez/92.

A comunidade do bairro Saco Grande II limita-se em uma área que se estende desde as proximidades do Jornal O ESTADO, situado à margem direita (sentido centro-norte) da rodovia Admar Gonzaga (SC-401) até a "Cidade das Abelhas, ponto limite da Rua Virgílio Várzea, antiga estrada geral do Saco Grande, uma transversal da SC-401. Incluem-se neste trajeto os conjuntos habitacionais do Monte Verde e Parque da Figueira.

Em seu aspecto geo morfológico, trata-se de uma área de acentuados acidentes geográficos, com elevações montanhosas de até 200 metros de altitude, como por exemplo, os morros denominados Atanásio, Caju, Pedra do Balão e Barreira do Janga, que por sua vez, apresentam numerosas nascentes aquíferas distribuídas ao longo desta cadeia de morros. Estas nascentes (as cachoeiras) são responsáveis pelo abastecimento de água para cerca de 60 a 70% da comunidade desta região, bem como contribui na formação do mangue do Saco Grande situado a noroeste da ilha de Florianópolis.

A história de formação do bairro Saco Grande II se deu em função da ocupação de emigrantes de classes sociais mais abastadas financeiramente que começaram a adquirir terrenos para moradia ou especulação imobiliária, nos bairros do Cacupé e Saco Grande principalmente, provocando assim a interiorização das comunidades mais antigas para as regiões de encosta imediatamente adjacentes aos referidos bairros. Estas comunidades se fixaram às margens da Estrada Geral do Saco Grande (Rua Virgílio Várzea). Nos últimos 10 anos, com a pauperização e expropriação de terras no interior do Estado de Santa Catarina e Paraná principalmente, um número importante de emigrantes vem se fixando nesta comunidade. Devido aos baixos preços dos terrenos e estarem relativamente próximo aos acessos dos locais de trabalho, estes emi-

grantes intensificam a ocupação das áreas mais elevadas das encostas e mais próximas das nascentes (cachoeiras).

Os dados coletados referentes à escolarização da população revelou que:

- 15,79% são analfabetos;
- 72,18% têm o 1º grau incompleto;
- 6,77% têm o 1º grau completo;
- 2,25% têm o 2º grau incompleto;
- 3,01% têm o 2º grau completo.

Estima-se a partir destes dados que, de cada doze indivíduos que conseguem ingressar no 1º grau escolar apenas um conclui esta fase do ensino regular. Da mesma forma, dos trinta indivíduos que ingressem no 1º grau apenas um consegue concluir o 2º grau.

A renda familiar é, em média, de 1 a 10 salários mínimos, predominando de 2 a 3,5 salários mínimos.

Como se pode observar, apenas 50% da população da comunidade é de origem do município de Florianópolis, e existe uma grande contribuição de emigrantes, principalmente do Estado do Paraná.

O tipo de moradia predominante do grupo entrevistado caracteriza-se:

- 63,9% de casas de madeira;
- 22,9% de alvenaria;
- 14,2% de tipo misto.

Cerca de 86% dos residentes da localidade do Sol Nascente possuem moradia própria; enquanto que 11,5% são locatários e apenas 2,5% são residentes em regime de empréstimo ou cessão de móveis obtidos de parentes.

Em relação ao número de cômodos por habitação, observa-se que a média de cômodos é de 4 cômodos por habitação. O número de indivíduos por habitação está em torno de 5 pessoas em média por habitação.

Em relação ao tratamento de esgoto, observa-se que 68,6% têm seu esgotamento dirigido para a cachoeira ou através de vala a céu aberto ou fossa simples com encanamento dirigido para a mesma cachoeira. Apenas 8,6% destes residentes possuem fossa séptica e com encanamento para o mato circunvizinho. Os demais 22,8% residentes não possuem qualquer tratamento para a rede de esgoto, exceto valas a céu aberto que perpassam as proximidades dos vizinhos adjacentes. O que provoca constantes atritos entre os envolvidos.

Em relação à religião, 80,3% dos entrevistados são da religião católica; 13,6% evangélicos; 2,9% espíritas e 3,2% afirmam não ter qualquer religião.

A maioria da população (94,3%) utiliza o transporte coletivo e apenas 5,7% refere outro tipo de transporte. Vale ressaltar que a referida comunidade dispõe de um variado número de linhas coletivas que perpassam aquela região. O maior problema relacionado pelos habitantes é em relação ao custo do transporte coletivo que consome boa parte do salário familiar.

O meio de comunicação mais utilizado pela comunidade é o telefone público em 43% dos casos.

Como forma de lazer a comunidade não tem uma variedade de opções como afirmam 60% dos entrevistados que preferem ficar em casa mesmo nos finais de semana, assistindo e ouvindo televisão e rádio.

Sobre Recursos da Comunidade:

O centro de saúde do bairro é o principal recurso de saúde da referida comunidade da qual 63% se utilizam deste serviço. O centro de Saúde

do Saco Grande II presta os serviços básicos de saúde de assistência médica e de enfermagem. Conta atualmente com 1 pediatra, 2 clínicos gerais, 1 gineco-obstetra, 2 enfermeiros, 2 técnicos de enfermagem e 4 atendentes.

O referido centro de saúde dispõe também de 2 consultórios médicos; 1 consultório de enfermagem; sala de vacinas; sala de curativos e farmácia; banheiros públicos e de funcionários bem como uma sala de triagem e nebulização; e também uma cozinha.

O bairro do Saco Grande II dispõe de 2 farmácias, uma que se localiza no conjunto habitacional Monte Verde e outra às margens da rua Virgílio Varzea. Dispõe também de um consultório odontológico particular no conjunto habitacional Monte Verde. No conselho comunitário deste bairro encontra-se ainda a Unidade Básica de Saúde I do Monte Verde que dispõe de 2 odontólogos e 3 estagiários de odontologia. Ultimamente esta unidade vem sofrendo graves dificuldades relacionadas a escassez de recursos humanos para a assistência odontológica.

Além destes, a comunidade possui as outras já citadas.

A seguir iremos enfocar a Divisão da Criança e do Adolescente - SSSDS - PMF:

* Objetivos da Divisão:

1. Geral:

Desenvolver programas e projetos de educação social para família em especial, para crianças e adolescentes.

2. Específicos:

a) atender crianças e adolescentes, nos períodos extra-escolares numa perspectiva sócio-pedagógica, preparando-os para o exercício da cidadania.

b) proporcionar orientação, defesa e proteção das crianças e adolescentes vítimas de transgressões em seus direitos humanos e de cidadania.

c) Prestar orientação, de ordem social e psicológica, às famílias.

d) Apoiar e participar junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, na discussão e aplicação das políticas de atendimento à crianças e adolescentes.

* Programas, Projetos e Demais Ações:

1. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Composição: 12 pessoas - 6 rep. ONGs e 6 rep. OGSs

Principais metas atingidas - Sede própria

- Nomeações oficializadas

- Regulamentação e funcionamento do FMIA

- Elaboração, discussão e aprovação Projeto de lei:

- 2 Conselhos Tutelares

- Fundo Municipal Infância e Adolescência

2. Programas de Proteção e Educação Social à Criança e Adolescente em Situação de Risco

a) Casa da Liberdade

Atendidas: 30 meninos de 07 a 13 anos

Atividades: alimentação

Reforço Escolar

Prep. Trabalho-Informática

Grupo de Produção

Recreação e Esportes

Acompanhamento e orientação, higiene e saúde

Nova casa Inaugurada Junto à Passarela

Perspectiva de atendimento: 300 (07 a 18 anos), numa visão do trabalho como Princípio Educativo

b) S.O.S. Criança - Fone - 1407 (plantão 24 horas)

Atende, averigua e orienta/denúncias de maus-tratos.

Nº atendimentos: Média/mês - 70 a 120 casos

nº denúncias - 1.388

Orient. Acomp. - 493

Total 1.881

- Motivos (+ Freq): Negligência/Família

Agressão/Família

Fuga de Casa

Abandono

Localidades (+ nº): Fpolis (Monte Cristo, Centro), periferia, Costeira do Pirajubaé, Trindade.

São José (Barreiros)

Palhoça

Atendimento/faixa: 0 a 7 - 55%

7 a 12 - 35%

13 a 16 - 08%

Acima de 16 - 02%

c) Albergue Santa Rita de Cássia

- Abriga meninos(as) de rua (07 a 15 anos) em geral.
- Nº Atendimento - dia: 20/ constantes - 15/ano - 80
- Ativ. - Alimentação
- Higiene
- Lazer
- Repouso noturno
- Horta
- Manutenção limpeza local
- Marcenaria
- Alfabetização e supletivo 1^{as} séries
- Encaminhamento para o trabalho
- Encaminhamento e acompanhamento da vida escolar
- Esporte lazer
- Comemorações e passeios
- Trabalho em Grupo
- Acomp. /Orientação de casos (Assistente Social e Psicólogo)
- Projeto de Abordagem de Rua

3. Programa de Educação Complementar

Atendimento em 3 CECs: Itacurubi, Parque da Figueira e Costeira do Pirajubaé.

Nº de Atend./Ano: 220 (por CEC/Média - 70)

✦ Objetivo:

Oportunizar a crianças e adolescentes carentes, experiências educativas que contribuam em seu desenvolvimento pessoal e social.

- Atividades: - Alimentação

- Noções de higiene
- Reforço escolar
- Recreação e esportes
- Comemorações e passeios
- Artesanato
- Articulação com a Família/Escola/Comunidade

E outras atividades

Além da atuação do Serviço Social, que atua junto aos educandos e suas famílias, bem como à comunidade, quando nos procurado.

Possui as seguintes atribuições, o Assistente Social na sua prática sócio-educativa nos CECs (Plano de Trabalho Social-PMF):

1. Área Administrativa

- Promover e divulgar os serviços oferecidos à clientela.
- Orientar e acompanhar as atividades dos profissionais de S. Social (estagiárias).
- Orientar e acompanhar as coordenações CECs.
- Distribuição de materiais didáticos para os CECs.
- Participação e distribuição das turmas de crianças.
- Apuração da estatística mensal dos encaminhamentos realizados pelo S. Social.
- Elaboração do prontuário na Área de Serviço Social e documentação da área administrativa dos CECs.
- Cadastro das Instituições e serviços da Comunidade.
- Manter atualizada esta documentação.

- Participação de reuniões com a Equipe técnica do CEC e da Divisão da Criança e do adolescente.

2. Área de Planejamento

- Registrar e documentar as atividades desenvolvidas (relatórios).
- Elaboração do plano, programas e projeto na área social.
- Avaliar os trabalhos em execução.
- Planejar atividades sócio-culturais que favoreçam os usuários.

(Ex.: Passeios)

- Planejamento de palestras para os pais.
- Planejar e executar cursos que irão ajudar os técnicos em sua ação sócio-pedagógica.
- Planejar soluções em função das necessidades emergentes dos usuários.
- Trabalho de Pesquisa quando houver necessidade.

3. Área de Saúde

- Encaminhamento de crianças aos serviços existentes na Comunidade (Postos de Saúde, hospitais etc.,)
- Atendimento de primeiros socorros.
- Buscar mecanismo de integração com a área da saúde existentes na Comunidade.
- Propiciar aos usuários a realização de cursos na área de saúde (ervas medicinais, primeiros socorros e outros, juntamente com Posto de Saúde).
- Palestras para os pais e crianças, sobre assuntos relacionados com a saúde. Ex: Higiene bucal, drogas, sexualidade, etc.

Atualmente, o CEC Parque da Figueira atende aproximadamente a 80 crianças, contando com um quadro funcional de:

- 01 Assistente Social (assumiu em outubro/95);
- 06 Professoras;
- 01 Vigia;
- 02 Merendeiras;
- 01 Aux. Administrativo;
- 01 Aux. de Serviços Gerais.

Nossos instrumentos de trabalho são visitas domiciliares; estudos de caso (muitas vezes nas reuniões de planejamento com os professores, sujeitos ativos neste processo); reuniões com pais; atendimento aos educandos de forma individualizada; atendimentos aos seus familiares, indo desde orientação, encaminhamentos a recursos internos ou externos da comunidade, ou mesmo apenas "ouvi-los" num dado problema, além de utilizarmos com frequência a entrevista, através da qual podemos compreender melhor uma determinada realidade social, permitindo estabelecer uma relação entre o usuário, e possibilitando a intervenção do Serviço Social, que acima de tudo deve ser baseada no respeito ao usuário, enquanto pessoa e cidadão.

"A entrevista é bastante adequada paa a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêm, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes". (GIL, 1991:13)

Segundo FALCÃO,

"Esses serviços seguem metodologia de apoio, classificação de demanda, problemas e necessidades, reflexão conjunta com as famílias sobre a forma de resolver o problema, informações e apoio para a solução.

Esse apoio visa desenvolver a auto-estima, a capacidade de auto-determinação, pois o apoio psicossocial tem sempre um componente de ajuda". *Opus 30, Novembro 2000 p. 21*

(Falcão, 1994:10)

A Práxis do Serviço Social possui características singulares, atuando não somente na única necessidade do usuário, mas devendo percebê-la no todo, com uma visão do contexto, no qual está inserido, também levado em conta suas idéias, concepções, valores, cultura, história de vida (quadro possível), de maneira que não seja fragmentado. Por exemplo, num atendimento a uma criança com dificuldades de relacionamento com outras pessoas, os profissionais devem tentar fazer uma relação entre a família, tentando trabalhar com todos os membros, enquanto núcleo familiar, além de articular-se com a escola ou com outros grupos sociais, onde a criança esteja inserida.

Intervir num processo de ação-reflexão-ação, juntamente com o usuário, delimitando conjuntamente estratégias de ação, para melhor intervenção da problemática social, aceitando-o, acolhendo-o, tal como ele é, com suas possibilidades, limites e valores pessoais.

Essa aceitação da Pessoa consiste em respeitá-la em sua integridade como ser humano, portadora de problemas e necessidades. Na medida em que o usuário sente-se à vontade para resolver seus problemas, passa a sentir-se capaz de encarar-se como é, a explorar seus pontos negativos, e assim propiciar um processo de ajuda mais eficiente. O assistente social deve conduzir a situação do modo a que o usuário passe a compreender suas próprias capacidades, para assim modificá-las. E é após a reflexão, que proporcionamos

4. Área de Produção

- Oficinas profissionalizantes.
- Atividades de produção informal.
- Encaminhamento de adolescentes ao mercado de trabalho.
- Encaminhamento a cursos profissionalizantes e à colocação ao mercado de trabalho.
- Propiciar a realização de cursos nas comunidades.

5. Área Executiva Junto à Comunidade e à Família

- Visitas domiciliares
- Entrevistas
- Atendimentos individuais e grupais
- Motivar a participação dos pais nas reuniões.
- Orientação e encaminhamento da clientela ao serviço sócio-jurídico. (PMF - Assist. Jurídica)
- Integração dos técnicos com a escola formal da comunidade.
- Orientação e acompanhamento aos grupos jovens. (Adolescentes)
- Divulgação do Serviço Social no CEC e na comunidade.
- Integração do Serviço Social com os as instituições existentes na comunidade. Ex.: Posto de Saúde, Conselho Comunitário, Escola formal etc.
- Trabalho de pesquisa quando houver necessidade.

O convênio entre a PMF e a AMPAR (Assoc. de Moradores Parque da Figueira) deu-se em setembro/89, quando cedeu suas instalações para a implantação deste programa.

“para” e “com” o usuário, estabelecendo metas, somente depois dessa escolha do usuário, que faremos os devidos encaminhamentos.

O papel do serviço social é olhar a família como um todo e não de forma fragmentada, resgatando ou tentando resgatar todas as implicações que a dada problemática causa em todos os membros da família, buscando um consenso.

"É importante que o Assistente Social, na sua prática, veja em cada pessoa um ser dotado de inteligência e vontade, possuidor de aspirações e de valores. Nessa perspectiva cabe ao assistente social oferecer condições para que cada pessoa descubra-se como ser em potencial e com capacidade de intervir junto ao meio ao qual está inserido".
(Milanez, 1985:56)

Durante o estágio curricular no CEC Parque da Figueira verificamos uma questão emergente: A violência contra as crianças e adolescentes no universo familiar. Então sentimos a necessidade de desenvolver uma pesquisa no setor de serviço social, que revelassem as reais condições econômicas, culturais e psicológicas, relacionados à criança e à violência física no espaço familiar, com a preocupação de contribuir para o conhecimento e a intervenção do Serviço Social frente a essas situações enfrentadas pela família, enquanto um todo.

2.2. Metodologia da Pesquisa

Esse estudo se caracterizou por sua natureza descritiva. Os estudos descritivos caracterizam-se pela descrição de fatos e fenômenos de determinada realidade.

Triviños (1987:110), afirma que:

“Esses estudos têm por objetivos aprofundarem a descrição de determinada realidade”.

O universo do estudo foi composto por todas as famílias das crianças que frequentam o CEC Parque da Figueira. Desse universo, selecionamos por acessibilidade, 40% das famílias, para participarem do referido estudo.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista estruturada, pois esta propicia um contato direto com os usuários, além de possibilitar uma análise mais subjetiva do fato que a envolve, objetivando-se maior fidelidade dos resultados.

Para realização da entrevista, elaboramos um roteiro, o qual contemplava os objetivos do projeto, com seguem abaixo:

- Verificar as principais causas que influenciam na prática da violência cometida contra as crianças e adolescentes.
- Caracterizar a violência contra crianças e adolescentes na família, relacionando os tipos mais comuns de agressão.
- Conhecer os métodos corretivos, na questão educacional, utilizado nas crianças e adolescentes.
- Levantar os aspectos sócio-econômico-culturais das "supostas" famílias "agressoras", na tentativa de estabelecer um perfil.
- Identificar a dinâmica familiar e como se estabelece as relações de poder entre os membros destas famílias.

Verificar as perspectivas de futuro, no que diz respeito ao projeto de vida que as famílias pesquisadas têm de si e de seus filhos.

- Identificar o nível de consciência das famílias no que diz respeito ao ECA, numa perspectiva do processo de construção da CIDADANIA.

As questões abaixo nortearam esta pesquisa:

- Quais as principais causas que levam à prática da violência nas crianças e adolescentes?

- Quais os métodos corretivos utilizados pela família no processo educativo?

- Como se dá a dinâmica familiar onde há ocorrência de atos de violência física de crianças e adolescentes pela família?

- Quais são as perspectivas para as crianças e adolescentes dentro de relações familiares onde há violência física?

- Qual o reflexo social nos relacionamentos das crianças oriundas de famílias que praticam a violência ?

- Qual o nível de consciência das famílias sobre os direitos das crianças e adolescentes expressos no ECA?

- Quais os aspectos sócio-econômico-culturais das famílias do CEC Parque da Figueira?

Os dados coletados foram tratados qualitativamente com apoio quantitativo (Triviños, 1987:111), à luz do referencial teórico realizado na primeira etapa da pesquisa.

2.3. Apresentação e análise da Pesquisa

Neste item apresentaremos e analisaremos os dados obtidos durante a pesquisa.

Tabela 1 - Distribuição da Faixa Etária

Faixa Etária	Porcentagem
De 25 anos a 35 anos	60%

De 36 anos	a	46 anos	20%
De 47 anos	a	57 anos	20%

Através destes dados, podemos constatar que as entrevistas se situam na faixa etária entre 25 anos a 57 anos, prevalecendo os indivíduos na faixa etária de 25 a 35 anos.

* Sobre as Atividades Remuneradas

80% - trabalham - 16 entrevistadas

20% - não trabalhavam fora - 04 entrevistadas

Dos entrevistados, 80% exercem atividades remuneradas para contribuir e até manter financeiramente sua família. As 20% que não trabalham fora, dedicam-se aos afazeres domésticos, aos cuidados dos filhos e do marido, e 03 não trabalham fora, pois seus companheiros não permitem, "colocando que lugar de mulher é em casa, cuidando dos filhos."

A Sra. S. T. colocou-nos que:

"Meu marido não deixa eu trabalhar, porque tenho um menino de dois anos, que tá sempre doente. Também eu cuido dos velhos (referindo-se aos sogros) e ele disse que eu não preciso trabalhar, porque eu não me casei para andar na rua, mas pra cuidar da casa, dos filhos e do marido."

Também a Sra. I.P. mencionou a mesma coisa:

"Ele não deixa eu trabalhar. Antes de casar eu trabalhava na fábrica de bordados, depois que casei, ele me tirou de lá. Bem que eu queria trabalhar, mas ele disse que mulher é pra ficar em casa, porque mulher que trabalha fora, todo mundo mexe. E ele se casou comigo pra eu ser sua mulher".

Em ambos os depoimentos, as falas demonstram que, ainda hoje, é bem forte e está bem arraigado a relação de poder que o homem exerce sobre a mulher, privando-a da liberdade de escolha, sendo que o homem proíbe sua companheira, por acreditar que "lugar de mulher decente é em casa, cuidando do lar, dos filhos e dos maridos, pois o homem dever ser o provedor do lar, é ainda o "cabeça da casa", aparecendo ela como "sua mulher", "sua propriedade", cada vez mais submissa e obediente às suas vontades.

Das 20 pessoas entrevistadas, 19 são mulheres. Também sobre a remuneração, dos 16 que exercem atividades remuneradas, 10 são domésticas, 04 diáristas, 01 cozinheiro, 01 vigia noturno e 04 do lar, somente quatro possuem carteira assinada, os demais não tem nenhuma garantia trabalhista.

*** Tabela 2 - Número de Filhos**

Número de Filhos	Porcentagem
um filho	05%
dois filhos	10%
três filhos	20%
quatro filhos	45%
cinco filhos	10%
seis filhos	10%
Total	100%

Constatamos que o número de filhos variam de 01 a 06 filhos, onde predomina 04 filhos nas famílias mais numerosas, que possuem também agregados como parentes próximos: tios, sobrinhos, netos, entre outros.

Também perguntamos se gostariam de ter mais filhos, todos, unanimamente, responderam que não, devido às suas "condições econômicas, problemas de saúde," que dão muito trabalho, "educar é difícil", entre outras justificativas.

*** Tabela 3 - Residência das Famílias**

Nome do Local de Residência	Porcentagem
Parque da Figueira	20%
Morro do Atanásio	25%
Morro do Horácio	05%
Morro do Caminho da Cruz	10%
Comunidade do Sol Nascente	35%
Com. Santa Vitória (Agrônômica)	05%
Total	100%

Constatamos que 80% dos entrevistados residem em comunidades carentes, como o Morro do Atanásio, Caminho da Cruz, Comunidade Sol Nascente, (antigo Morro do Caju), todos no Saco Grande II; também 05% residem no Morro do Horácio (Agrônômica) e somente um entrevistado reside na Comunidade Santa Vitória (Agrônômica). A maioria reside em casas mistas (madeira e alvenaria), sendo representada por 40% dos entrevistados; 25% residem em casas de madeira; 15% residem em casas de alvenarias inacabadas (faltando reboco por dentro e por fora, construção BWC, janelas, canalização de água, etc) e 20% residem no Conjunto Habitacional do Parque da Figueira,

em pequenos apartamentos de 03 quartos, onde em média, 10% residem com mais de 08 pessoas, sendo pais, filhos, avós, netos tios e sobrinhos.

Cabe ressaltar que a maioria dos moradores dessas comunidades sofrem com problemas de infra-estrutura, como falta de saneamento básico, água encanada (a água vem das cachoeiras por meio de mangueiras (Saco Grande II); falta de coleta de lixo, falta de calçamento nas ruas, além de dificuldade de vagas nas creches, gerando com isso um movimento de moradores, para a construção de uma creche na Comunidade Sol Nascente. Também outro dado importante é que 85 % dos entrevistados são proprietários das casas onde residem; 10% residem em casas cedidas por parentes próximos; e 05% residem em terrenos de ocupação, correndo risco, visto morarem nas encostas íngremes do Saco Grande II.

Cabe ressaltar ainda que muitos moradores do Parque da Figueira, ainda hoje consideram o CEC Parque da Figueira como programa para as crianças do Morro, deixando transpor uma certa rivalidade e hostilidade contra os moradores dos morros.

Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo IPUF, em 1993, traçando um perfil das áreas carentes do Bairro do Saco Grande II, há 04 grandes comunidades, sendo denominadas de:

- Morro do Atanásio, com 80 famílias, 68 consideradas carentes, correspondendo a 292 pessoas carentes, como rede de esgoto incompleta, água não canalizada, vindas ou "puxadas" por mangueiras, das cachoeiras.

- Morro do Vino (ou Morro do Caju e mais recentemente Comunidade do Sol Nascente) possui uma associação de moradores "Sol Nascente". Com 160 famílias carentes, com 516 pessoas, é a maior área carente do bairro e também a área que apresenta maiores dificuldades de recursos de infra-estrutura.

- Morro do Balão (também conhecido por Caminho da Cruz ou Morro da Cruz) possui uma associação de Moradores (Aprocuz), com cerca de 62 famílias carentes, com 266 pessoas residentes nesta comunidade, que se localiza atrás do Jornal "O Estado".

- Morro do Janga (ou ainda Barreira do Janga), possui 120 famílias carentes, 506 pessoas, fica localizado no final do Bairro do Saco Grande II. Muitas casas estão localizadas em encostas, consideradas áreas de risco.

*** Tabela 4 - Números de Cômodos das Casas**

Números de Cômodos	Porcentagem
De 1 a 2	05%
De 3 a 4	15%
De 5 a 6	80%
Total	100%

Quando se indagou a respeito das condições da casa, responderam:

"Precisa de reparos e consertos, mas é uma morada muito boa, porque a gente não paga aluguel".

(F.C.P.)

"Está ainda sendo construída, precisa de reboco por dentro e por fora. Agora a gente já tem banheiro, ele constrói todo o final de semana."

(R.F.)

"As condições da casa são péssimas. Como tu mesmo podes ver (mostrando-me), o forro tá caindo, quando chove, aqui dentro chove mais do que lá fora. Com qualquer ventinho ela cai."

(M.S.)

Como já citamos, a maioria dos entrevistados recebem entre 1,5 a 4,0 salários mínimos, o que muito dificulta essa reforma, pondo em risco essas famílias, que com o pouco que recebem mensalmente, só dá mesmo para sua sobrevivência, ainda, que por vezes, prejudicando sua família, onde esta encontra-se negada no exercício de seus direitos.

*** Tabela 5 - Participação e Entidades Comunitárias**

Quando indagamos a respeito do conhecimento de algumas Entidades Comunitárias na Comunidade do Saco Grande II:

ENTIDADES COMUNITÁRIAS	PORCENTAGEM
Escolas (Estadual e Municipal)	100%
Creches (Estadual e Particular)	80%
Posto Policial	80%
Posto de Saúde - CSII	100%
AMPAF	5%
Igrejas	80%

Obs.: Nenhum dos entrevistados tem conhecimento das entidades comunitárias: ACIC, CPP e Pastoral da Saúde e da Criança - (Nenhum dos 100% dos entrevistados)

Dos 100% entrevistados, todos disseram conhecer as escolas, posto de saúde; 80% colocaram que conheciam o Posto Policial e as Creches, bem como as igrejas tanto a católica como as 02 evangélicas; somente 05% utilizam a AMPAF, para aluguel do Salão.

Ainda questionamos sobre dificuldades para obter atendimentos, quando procurados, nestas entidades:

30% - reclamou de falta de vagas, falta de odontólogos e pelo mau atendimento dos funcionários do Consultório Odontológico(projeto SSDS - PMF).

20% - apontaram dificuldades de vagas na creche municipal.

25% - demonstraram insatisfação no atendimento pelos funcionários do Posto de Saúde, juntamente com a dificuldade de vagas, também por não ter nenhum pediatra de manhã.

10% - reclamaram da falta de segurança na escola e dos problemas de drogas que tem aumentado consideravelmente entre adolescentes e crianças.

10% - mostraram-se descontentes com o atendimento do Posto Policial, além da falta de policiamento e da falta de uma viatura policial.

05% - disseram “não ter nada que reclamar de ninguém, quando precisaram alcançar o que procuravam”.

Quanto indagamos sobre com que frequência utilizavam os serviços médicos e odontológicos oferecidos no bairro:

Posto de Saúde:

90% somente procuraram em casos urgentes, utilizando com mais frequência os outros hospitais como o HU/UFSC e o HIJG

05% sempre procuram o Posto de Saúde

05% nunca utilizam os serviços de saúde

Consultório Odontológico:

85% nunca utilizam, devido “nunca ter vaga; é sempre mau atendido, não tem dentista”.

Somente em casos urgentes (10%)

65 % sempre utilizavam o atendimento, considerando-o muito bom, não tendo nada a reclamar.

Obs.: Na realidade estes dados serão passados para as pessoas responsáveis dessas unidades de saúde.

Também, 85% dos entrevistados colocaram que não possuem conhecimentos dos programas de saúde, desenvolvidos na comunidade, e 15% disseram que conhecem as diversas especialidades médicas, etc.

Sobre a Instituição - Centro de Educação Complementar Parque da Figueira

Realizamos algumas perguntas sobre a Instituição "CEC Parque da Figueira" e o Setor de Serviço Social.

Inicialmente perguntamos sobre qual a visão que tinham do CEC. A maioria demonstrou em suas falas conhecimento dos objetivos desse programa, o que fica a expressar em respostas. Também pudemos verificar que este programa, é mais conhecido como "escolinha", termo com que os alguns educandos e pais se referem ao CEC demonstrando não desprezo, mas carinho e aprovação nas atividades desenvolvidas pelo programa. Alguns entrevistados colocaram a sua visão do CEC como:

"Um local para livrar ele (M.) da rua, das más companhias. Aqui na "escolinha" ele aprende coisas boas, até tá escovando os dentes em casa, quando chega depois da escola".
(M.K.N.)

"É uma escola, não é uma creche. Em vez de ficarem na rua, as crianças ficam aqui recebendo alimentação, educação e coisas que muitas vezes a gente não sabe ensinar. Eu fico menos

preocupada, porque enquanto eu tô trabalhando, elas estão aqui na escolinha".

(A.R.M.)

"É uma escola diferente, mas para mim, melhor que a outra (refere-se ao colégio estadual), porque vocês despertam as crianças para ensinar coisas que elas aprendem mesmo. Ele tava muito malcriado, depois que entrou na escolinha melhorou muito".

(D.F.A.)

"É um lugar onde se ensina coisas boas, dão comida, levam para passear, coisa que a gente (referindo-se ao país) não pode fazer.

O R. e o G. não comiam salada, nem verdura, nem gostava de escovar os dentes, a gente podia matar, eles não gostavam; mas hoje eles já tão fazendo isso".

(R.R.)

"É uma escolinha muito útil. É muito boa, melhor impossível."

(I.P.)

Enquanto estagiárias, em nossa prática de estágio, além do atendimento individualizado aos educandos, às famílias e à comunidade, buscamos realizar um trabalho de Articulação Comunitária com as demais entidades comunitárias do bairro, tentando modificar o conceito sobre a percepção errônea que a grande maioria possuía do que é o CEC Parque da Figueira, acreditando ser "uma creche para maiores", um depósito onde deixam seus filhos "um lugar pra comerem" ou ainda "um lugar de bagunça, que não se ensina nada", "uma coisa da Associação (AMPAF)". Então como sou da diretoria, mando também".

Na realidade, esse trabalho iniciou-se com a Assitente Social Lili-an (93/94), e em 1995, quando assumimos a responsabilidade da coordenação do projeto, decidimos dar continuidade a esse trabalho, participando das reuniões comunitárias, dos encontros comunitários, trabalhando com os pais, individualmente e também nas reuniões de pais, acontecidas bimestralmente, com o intuito de resgatar os objetivos específicos do programa, contando com a participação das professoras que trabalharam em sala de aula, essa temática com os alunos. Claro que esse processo de modificação da concepção do programa é um trabalho longo, porém a partir de agosto deste ano, começamos a colher alguns "frutos", "os retornos", onde já se recebia convites de entidades comunitárias, para reuniões, um para o CEC e outro para a AMPAF, onde este programa funciona, através de um convênio que a PMF utiliza suas instalações. Porém com total autonomia por parte da equipe técnica do CEC Parque da Figueira.

Também perguntamos como os entrevistados participavam nas atividades do CEC. 70% colocaram que participam das reuniões; 25% procuram o programa para saber sobre os filhos; e 05% quando solicitados por professores ou pela coordenação.

Cabe ressaltar que 65% gostariam de participar mais na dinâmica do CEC, auxiliando em festas, eventos, realizando decorações, cozinhando, etc; 30% afirmaram que "gostariam, mas não podem devido ao seu trabalho e à noite não têm com quem deixar seus filhos menores", e 5%, o único entrevistado, disse não ter tempo, além de achar que "é coisa de mulher".

Perguntamos ainda sobre como haviam chegado ao programa CEC:

75% souberam através de parentes, vizinhos conhecidos ou por indicações diversas.

10% conheceram quando da sua inauguração em 1989, "mas agora tá muito diferente, e melhor..." declarou-nos a Sra. E.P.F.

05% vieram buscar orientações sobre cursos e inscrições e cursos profissionalizantes, e então descobriram as atividades desenvolvidas.

05% vieram buscar orientações sobre cursos e inscrições de cursos profissionalizantes, e então descobriu as atividades desenvolvidas.

05% passeavam pela frente das instalações, quase todos os dias, mas somente um dia perceberam o que as crianças desenvolviam, quando estas saíram para realizar um passeio para as áreas próximas das cachoeiras, com o objetivo de despertar um pouco de educação ambiental.

Também questionamos sobre o conhecimento do Setor de Serviço Social, que funciona na CEC do Parque da Figueira:

65% dos entrevistados já conheciam os atendimentos realizados pela Assistente Social Lilian, bem como os atendimentos realizados pelas estagiárias de Serviço Social.

30% colocaram que conheceram este ano, quando procuraram a coordenação em busca de orientações diversas, encaminhamentos e outros...

05% não conhecem, pois nunca participam das atividades no CEC.

Cabe ressaltar que "oficialmente" existe o Setor de Serviço Social, isto porque na realidade, este atua concomitantemente, com as atividades desenvolvidas pela coordenação. No ano de 1994, a Assistente Social Lilian, coordenava o programa, bem como atendia diariamente diversos usuários que a procuravam, sendo a única Assistente Social que trabalhava neste bairro. No ano de 1995, com sua saída, muitos confundiam a posição de coordenadora com a de assistente social, mas tentávamos deixar bem claro que eramos apenas estagiárias de Serviço Social.

"Já fui aí apenas para apenas conversar; fui também para saber como fazer a carter de trabalho, ver se conseguia um trabalho pra mim e creche para duas crianças".

(M.P.)

"Soube o que era, quando foi organizado o mutirão para a pintura do refeitório".

(M.Z.)

* Lazer da Família

Sobre o lazer da família, nas horas de folga e nos finais de semana:

65% costumam ver televisão, ficar em casa, para arrumar algumas coisas e descansar um pouco;

15% visitam parentes próximos;

10% vão à praia;

05% pescam no mangue ou no costão (Saco Grande II);

05% vão jogar bola e assistir futebol no campo (Saco Grande II).

"A gente sai de casa, volta mais cansado ainda. E a gente tem que descansar, trabalhar em casa, porque na 2ª feira tem que pegar cedo no baten-te".

(F.C.P.)

"A gente só vai viajar para casa dos parentes de longe, quando chega perto do Natal, quando se tem um dinheiro a mais".

(A. L.S.P.)

Quanto às crianças, seu lazer é brincar nas redondezas, lutar "capoeira", tomar banho nas cachoeiras, ir ao "campinho" ver o jogo de futebol do bairro.

Quando fizemos o questionamento, ainda sobre o lazer, mas de coisas que gostariam de fazer, porém sem condição para tal, responderam:

75% gostariam de visitar o Beto Carrero World;

15% viajar para a casa de parentes de longe (para o PR ou Oeste Catarinense);

05% gostariam de visitar, junto com toda a sua família, um zoológico;

05% colocam que não sonhavam, porque "essa coisa de lazer é para quem não precisa trabalhar, tem tempo e dinheiro para gastar, sem preocupação, além de ser uma coisa supérflua."

*** Tabela 6 - Grau de Instrução**

Grau de Instrução	Porcentagem
Analfabeto	25%
Da 1ª à 3ª série	45%
Da 3ª à 6ª série	20%
Da 6ª à 8ª série	10%
Total	100%

Obs.: somente 1 das entrevistadas completou o 1º grau.

Verificou-se, durante as entrevistas, que o "estudo" representa, para os pais, um valor a ser preservado e estimulado; quanto maior o grau de instrução, "maior as chances de ascensão social".

Algumas entrevistada colocaram que companheiros possuem um maior grau de escolaridade, onde 2 completaram o 2º grau. Assim constatamos que a escolaridade do homem é superior à da mulher, visto pelos dados dos entrevistados, a predominância dos que fizeram de 1ª a 3ª série.

"Considerando-se que a baixa educação reflete a pobreza. Mas a possibilidade de obtê-la, porque se é pobre, reduz ainda mais as chances de se deixar a condição de pobreza".
(ABRANCHES, 1985, p. 43).

Alguns depoimentos demonstram que:

"Eu estudei até a 2ª série. Aí eu não tive condições, tive que parar para trabalhar. Os meus filhos estudam, mas estão atrasados. O G. não sai da 1ª série, há 2 anos"
(R.R.)

"Eu sempre quis estudar, mas nunca pude. Primeiro o meu pai não deixava a gente estudar, porque dizia que "mulher não precisava estudar, porque ia se casar"; depois eu tive que trabalhar desde cedo; desde dos 9 anos trabalhando em casa de família, aí eu me casei, e ele também disse para eu não estudar, porque "pra que estudar?", mesmo assim, eu entrei no Morral, mas como era de noite, ele não deixou mais, porque ele dizia que "mulher direita não anda de noite na rua", só vagabunda"; aí eu parei com tudo, mas eu tenho uma vontade enorme"
(A.R.S.I.)

"Eu nunca fui à escola, eu vim da roça, e lá como a escola era longe, e o pai achava que mulher não precisava estudar, nos colocou cedo para trabalhar na roça".

(M.L.A.A.)

"Eu estudei até a 8ª série, depois casei (faz 8 anos) e meu marido não deixou eu mais estudar; depois eu engravidei, e agora é que não dá mais para voltar, tá tudo mudado e eu já com uma filha."

(A.M.)

Percebemos que as famílias de baixa renda, muitas vezes as pessoas tem que "sacrificar" o estudo em favor da sobrevivência. Também hoje, alguns filhos deixam de estudar, até por serem repetentes ou terem alguma dificuldade de aprendizagem, e em casa não tem condições de ensinar, para trabalhar colaborando para a renda de família. Dos entrevistados, 20% relataram-nos que 4 filhos, na faixa de 12 a 15 anos, deixaram de estudar, da 2ª série a 4ª série, onde todos esses fatores contribuíram para os afastarem da escola, indo ao Mercado de Trabalho. Apenas uma carteira assinada, trabalhando 10 horas numa padaria do bairro.

Composição da Estrutura	Nº	%
Familiar		
Família Nuclear Original	06	30%
Família Nuclear (2º Relacionamento)	04	20%
Família Monoparental - Chefiada por Mulheres (Viúvas, Separadas e mãe solteiras)	10	50%
Total	20	100%

*** Relações Familiares:**

Como a temática central deste trabalho enfoca as situações de maus-tratos no Universo Familiar, consideramos importante focar questões sobre a concepção de família, a maneira como lidam com os conflitos nas relações do seu cotidiano.

Para a maioria, a representação da família é sempre positiva, correspondendo à ideologia de que a "família é sagrada", ou ainda "conceituam como uma idealização do que imaginam que seja família, fugindo do que vivenciam no dia-a-dia.

Das entrevistas, 65% colocam que família é estruturada nuclearmente; 25% dizem que a família desejada é a idealizada, respaldada por valores como respeito, conforto e sentimentos como amor, carinho, mas não a que é vivenciada cotidianamente; apenas 10% afirmaram que "família não devia existir, porque é uma vida de inferno".

"Família é a coisa mais importante na vida da gente, com amor, respeito e confiança, coisa que hoje eu não tenho! (M.L.A.)

"Família é tudo que tenho no mundo. É meu marido, meus filhos e eu, vivendo, apesar das brigas, em paz, na casa da gente, com trabalho, comida e felicidade". (M.K.)

"Família é o casal que se dá, e trata bem dos filhos. Pena que eu não tenho a família que quero; ele quando bebe briga com a gente e bate nas crianças". (M.P.)

"Família para mim é um pai, uma mãe e os filhos. Acho que a gente não forma uma família

porque falta um homem, até as crianças reclamam. Eu me juntei duas vezes; na 1ª fiquei grávida três vezes: o 1º morreu depois do parto; o 2º nasceu retardado e a 3ª nasceu, graças a Deus, bem de saúde. Depois disso ele saiu fora. Agora estou grávida de 7 meses, mas o outro, também saiu fora, ate'queria levar a geladeira que eu comprei. Vi e fui na 6ª DP e deu tudo certo". (A.R.)

"Família é bem bom para o crescimento das crianças. Pena que eu não vivo num "lar bom"; o meu marido é muito bravo, qualquer coisa briga e bate na gente". (M.F.C.)

Sabemos que a família possui funções de suma importância no desenvolvimento da criança, pois sua formação inicial está sob a responsabilidade da família. "Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais, ou qualquer deles e seus descendentes" (ECA, art. 25)

A família é o 1º grupo social no qual pertencemos. Nele buscamos segurança física, material, intelectual e social. Na realidade, consideramos que nenhum outro grupo supera o valor da família no desenvolvimento dos seus membros, em especial dos filhos.

Hoje, mais do que nunca os valores da família estão sendo repensados, acarretando mudanças na ordem das relações familiares e no seu processo educativo, acompanhando as mudanças vivenciadas, mas uma coisa que continua com o seu papel definido é a importância da presença da família em todo o processo educacional dos filhos, onde sua presença faz-se indispensável, contribuindo para a formação do caráter, da força de valores, da autoestima, com o repasse desses valores essenciais ao bom relacionamento pessoal, social e familiar.

O lar, a família é, sem dúvida, a 1ª escola e talvez aquela que mais marca deixa nas pessoas, mesmo que depois sofram outras influências, seja na sociedade, com amigos ou em escolas.

As situações vivenciadas cotidianamente pela família mostram como cada um reage, como se constrói, quais são os valores da família. Cabe ressaltar que uma das funções da família é a socialização.

"O lar e a família correspondem ao atendimento das verdadeiras necessidades pessoais, sendo a influência mais poderosa para sua formação".
(Moraes, 1991:08)

Indagamos também acerca de como é o relacionamento entre os filhos e com seus companheiros, no que diz respeito ao relacionamento familiar. A maioria (95%) afirma que é bom, sem maiores problemas, mas é tumultuado em alguns casos. Apenas 5% disseram ser péssimo.

"O relacionamento é difícil, às vezes a gente briga mais depois se ajeita. Também os casais sempre brigam mais depois passa". (I.P.)

"Agora tá melhor, já foi pior. Ele largou dos vícios, mudou a vida dele, já fica mais companheiro da gente". (A.M.M.)

"Tá um pouco difícil, porque agora ele tá desempregado, então ele fica dentro de casa, nervoso, qualquer coisa vira a mesa". (M.S.)

"É bom, só com aquelas "brigas" normais".
(N.S.)

Pedimos que os entrevistados listassem problemas, que para eles representassem fatores de dificuldades e obstáculos num melhor relacionamento familiar.

- Dificuldades econômicas - 30%
- Discussão entre os membros da família - 35%
- Problemas de alcoolismo e uso de drogas - 20%
- Doença na família - 5%
- Dificuldade de educar hoje em dia - 10%

"É não ter dinheiro e a briga entre irmãos, isso me acaba. Fico batendo sempre na mesma tela". (I.P.)

"É a bebida do marido, e as respostas do guri. É difícil educar hoje em dia". (M.K.N.)

"É a doença e a falta de dinheiro". (A.L.S.P.)

"É a falta de dinheiro, os filhos que não são compreensivos, e eu que já não tenho mais paciência". (F.C.P.)

"É a briga entre a gente, principalmente entre os irmãos". (D.F.A.)

Perguntamos se conheciam o ECA e as funções da família perante os filhos contidos no ECA.

90% - nunca ouviram falar do ECA

10% - já ouviram nas reuniões de pais, na escola e no CEC, mas apenas uma soube falar um pouco sobre as funções da família:

"É a gente fazer o possível para dar para os filhos, a saúde, a comida, a educação, o respeito, a liberdade, as brincadeiras e os direitos que todos nós temos". (A.M.M.)

Nesta questão, ainda que brevemente, mostramos o que era o ECA, o seu conteúdo, seus objetivos e a importância deste para o melhor desenvolvimento da criança e do adolescente.

Ao grupo dos entrevistados, perguntamos o que é educar um filho e como deveria ser este processo. A grande maioria (84%) afirmam ser uma tarefa difícil; 10% afirmam que educam conforme foram educados e 54% afirmam que tentam educar o filho totalmente diferente de como foram educados. Também as respostas não divergiram muito, alguns consideraram a resposta desta questão um pouco difícil, até porque não possuíam estes conceitos bem claros.

"Educar é educar conversando, explicando as coisas". (M.L.A.)

"É ensinar o filho a ter respeito pela gente, pelos outros, tanto dentro de casa, como fora. Se for preciso a gente briga, ralha, bate ou coloca de castigo. O mais importante é que eles venham a ser alguém na vida, com educação e respeito, sendo gente decente, pobre, mas honestos". (F.C.P.)

"Educar é com respeito, com educação, conversando, orientando para não fazer as coisas erradas, e se faz, a gente chama a atenção, se não der resultado, aí apanha, entra no pau". (M.S.)

"É ser amigo dos filhos, conversar com eles, mas quando eles não respeitam o que a gente

diz, aí se torce o pepino, porque é de pequeno que se torce o "rabo" (A.M.G.)

"Educar um filho tem que saber, e hoje em dia está difícil. Hoje não se ensina nada. Eu os ensino como eu fui criada, primeiro a gente conversa, orienta, mas se não dá resultado, daí deu. É tirar coisas que eles gostam, bater só quando passa dos limites, mas eles já sabem quando eu pego... o pai nem se mete. É com a mão, com cinta, até com vara, como eu apanhava. Hoje agradeço aos pais que eu tive, me educaram com amor, mas quando eu fazia uma coisa errada, era pau mesmo, mas nem por isso eu morri". (R.R.)

"É corrigir, quando ele está errado, perguntando, conversando primeiro. Mas com ele é difícil, só batendo mesmo". (M.S.)

"É falar tudo o que é certo, ensinar. Respeitar os mais velhos, tudo isso é educação. Agora está bem ruim, ela se impõe, pensa que é adulta, acha que já é grande. Outro dia ela ia apanhando, porque saiu de casa sem avisar e voltou bem tarde, depois das 7:00 (19:00 horas). Aí ela ia apanhar, quando veio com uma história que eu não podia bater nela, senão chamava a polícia, isso porque só tem 8 anos, credo ... Primeiro eu me acalmei, depois fui conversar com ela, porque senão quem ia chamar o SOS seria eu, para levar ela para o Hospital. Daí eu expliquei que a gente gosta bastante dela, que tem que educar. Que ela tinha feito uma coisa muito errada, e que os pais tem autoridade sobre os filhos, acima de tudo. Depois eu fiquei com pena, e disse que ela está proibida, no final de semana, de ir na cachoeira, aí foi aquela choradeira". (A.M.C.)

Segundo o Dr. ISAAC MIELNIK,

"a finalidade principal do relacionamento entre pais e filhos está no fato desse relacionamento significar "EDUCAÇÃO" e ter o sentido de permitir aos filhos um crescimento físico, emocional, mental e social adequados que lhes facultem tornar-se adultos autônomos, independentes, senhores e não escravos das circunstâncias e problemas que surgirem (...) o que sabemos é que a educação está ligada à ESTABILIDADE EMOCIONAL e, portanto, quando existem perturbações emocionais e um relacionamento insatisfatório no binômio criança-adulto, poderemos enfrentar a recusa ou incapacidade da criança se educar. Reúne-se aqui, desde gritos, medo, raiva, insegurança, ciúme e resistência ativa e passiva que podem estar, tanto da parte do adulto como da criança, presentes no momento de EDUCAR". (MIELNIK, 1992: 25)

Alguns dos pais acreditam que o ato de educar deve ser permeado com amor, amizade, respeito e atenção.

Quando indagamos sobre a educação que receberam quando crianças, 25% disseram que foram criados com amor, carinho e liberdade, não apanhavam dos seus pais, mas apenas "ficavam de castigo", privando-os de coisas que gostavam, como ir à praia, ver TV, passear com os primos, entre outros. 75% dos entrevistados, afirmaram que foram educados da forma bem rígida, com muita punição física, sendo bastante maltratados, tanto pelos pais, como por parentes (tios) e irmãos mais velhos. Destas, uma foi criada por irmãos, devido à morte do seu pai e a internação de sua mãe num hospício a qual

lhe batia com relho, com madeira, até chegou a amarrá-lo com cordas em casa, porque, segundo ela (mãe), a filha dava bola para todo mundo.

Algumas falas demonstram claramente isso:

"A minha mãe me batia sem piedade, me culpava por tudo, desde a morte do meu pai, que sofreu um acidente de caminhão, quando ia pra cidade buscar comida pra gente. Hoje eu não bato em nenhum dos meus 06 filhos. O B. me chamou na rua, onde eu tentava fazer meu primeiro programa, pois já fazia uns três dias que eu não comia nada. Eu também fugi da casa dos meus irmãos, eles também me batiam bastante, também a gente foi criado no meio de briga, violência, e também quase que (não quero que você comente pra ninguém), meu irmão do meio, começou a me olhar diferente. Sempre que a gente ia tomar banho no rio, ele chegava perto de mim, e embaixo da água me alisava "por embaixo", dizia pra não falar pra ninguém. Também como a gente não tinha banheiro, eu tomava banho de bacia, aí ele sempre ia me espiar, dizia que eu tava no ponto, ah eu não gosto de falar sobre isso, mas é bom desabafar um pouco. Quase que eu era forçada a dormir com ele; antes disso eu fugi de casa ... (quase com lágrimas descendo dos olhos). Graças a Deus, o B. me acolheu, não fiz programa nenhum com ele. É mais do que meu marido, pais dos meus filhos, ele é também o amigo que nunca tive, o pai que eu perdi, e o irmão que me amou como irmã, não como amante ... Mas eu não tenho raiva nenhuma, só não é a mesma coisa claro..." (A.R.S.)

"Na minha infância, meu pai me educou com muita conversa, avisava. Não estudei por falta de condições. Ele brigava, sempre dizia: primeiro avisou quando aprontou, segunda vez

apanhou. Estou criando da mesma maneira que ele me ensinou". (A.C.P.)

"Eu apanhava que nem um cachorro; a mãe é brava, apanhei até depois de casada, na frente do meu marido, que não se meteu. Fiquei bem sentida ..." (N.R.)

"Eu uma vez apanhei porque eu tava com o meu namorado, hoje meu marido. Apanhei na rua, onde passava ônibus. Se passasse um naquela hora, eu me atirava embaixo de tanta vergonha. O pai achou que a gente tava fazendo coisas erradas, aí ele veio em minha direção, com o relho, bateu com o relho, com vara de marmelo, com chinelo e ainda me botou de castigo. Também eu não podia nem sair na rua, fiquei de cama". (C.M.L.)

Apesar de reconhecerem que estão reproduzindo a mesma violência que vivenciaram na sua infância, colocam que acham necessário bater, colocar de castigo, até. Segundo uma entrevistada,

"Se for preciso, deixar umas marquinhas, pra ele sentir que eu não estou de brincadeira, e que ele tem que me respeitar como mãe ...". (M.R.S.)

Tentamos, ainda que timidamente, alertar para o quanto é prejudicial à criança e para o seu desenvolvimento, ser vítima de maus-tratos, porém além de ser um assunto delicado, muitos colocam que se faz necessário, até por não conhecerem outras alternativas de educação para corrigir o que consideram como errado quando seus filhos fazem alguma coisa assim.

Sobre o que eles costumam fazer quando seus filhos fazem alguma coisa errada, perguntamos ao grupo dos entrevistados que mencionaram o

seguinte: 60% afirmaram que conversam primeiro; 25% colocaram que usam de castigos, como privar as coisas que os filhos mais gostam; 10% disseram que somente conversam; 05% mencionaram que com o seu filho, só resolve o problema à base de "surras", porque segundo ela "só assim que ele conversa, pára e vê que está todo errado, mas depois eu me arrependo".

"Primeiro a gente conversa, depois se não resolver usa colocar de castigo, e se não resolve, eu chamo o pai dele, aí a conversa é com os dois. Coitado, às vezes, tenho até pena ...". (F.P.)

"Ele (marido) usa tirar a bola, a televisão, e as brincadeiras do final de semana..." (R.F.)

Mais isso acaba sendo contraditório, porque pelo depoimento dos pais que afirmam apenas conversarem, a maioria das crianças, com quem conversamos afirmam que apanham, mesmo que pouco, de seus pais. Ainda menciona que eles batem com a mão, com chinelo, com varas ("que tem lá pra cima", apontando para os morros) e um colocou que apanha do avô, de madeira, um pedaço que ele usa para cortar lenha. Também uma menina colocou que quando o pai bebe "... ele bate na gente, só porque a gente toma o leite dos irmãos (gêmeos). Depois passa a mão na mãe, e bate nela também. Diz que manda na gente, que a gente é dele..." (F.Z.P.)

"Eu não gosto quando a mãe fica nervosa, começa a gritar, bater em mim. Está certo que não sou santo, mas também não precisa me bater tanto. Ela bate e coloca de castigo, bate com a cinta, com a mão e com o chinelo". (M.K.)

"O pai bate em mim porque faço coisas erradas. Uma vez eu fui no mato caçar passarinhos, pra vender, porque queria comprar picolé, e o pai

bebe, mas não dá nenhum dinheiro. Quando cheguei numa árvore bem grande botei o "alçapão" num galho, e não conseguia mais descer, ou agarrava na árvore, e deixava cair o "alçapão" que era dele. No final eu caí, me machuquei e quebrei o alçapão, demorei o que pude pra voltar pra casa, não pude fugir da surra, e que surra! Fiquei uns dois dias sem nem poder correr ... mas eu gosto bastante dele, e ele faz pro meu bem..." (J. C. P.)

Constatamos que tanto a mãe como o pai tem a igual tarefa de disciplinar os filhos, mas ainda há predominância do pai, nesta tarefa. 65% afirmam que é o marido que bate ou coloca de castigo, porque os filhos têm mais medo "deles"; 25% afirmam que somente elas que disciplinam seus filhos, o "pai de tão bom, chega a ser tolo..."; 10% mencionam que nas suas famílias há divisões de tarefas. Como disciplinar, "é uma tarefa não tão boa que realizar, ambos têm o dever de executar o que acha melhor". Uma entrevista afirmou que "... existe quase um acordo, se eu brigo, ele me apoia ... e se ele briga, bate ou coloca de castigo, eu não me meto, senão sobra pra mim, além de ser o pai..." (M.L.A.)

Também a maioria considera seus filhos pouco disciplinados, que poderiam ser melhor.

Indagamos aos pais, se freqüentemente conversavam, dialogavam com seus filhos. A grande maioria 95%, mencionou que conversavam diariamente com seus filhos, e somente 5%, disseram que conversavam, mas não tanto, pois trabalha de vigia noturno, e de dia tenta fazer "uns bicos", para aumentar a renda mensal da família.

"Converso bastante com eles sobre tudo: educação, disciplina, estudos, o que tem que fazer e o que não tem ..." (A.M.M)

"Converso bastante, corrijo, até falo tudo que vem à boca, mas depois me arrependo..." (M.K.N.)

"A gente conversa bastante com eles, ainda mais que são todos guris. Orientamos sobre a bebida, as drogas, sobre o cigarro e a rua. Porque sei que eles adoram uma rua, por isso que botei na escolinha (referindo-se ao CEC PARQUE DA FIGUEIRA)..." (L.M.H.)

"Falo com eles sobre tudo, sobre o certo e o errado. Quando eles temam, daí eu dou uns berros, porque ninguém é ferro..." (M.S.)

"Ah, eu gosto muito de falar com eles, mas, às vezes, eu paro pra pensar no que eu falo com eles. Eu só critico, brigo e reclamo, depois eu chamo eles, dou um beijo em cada um, e tento orientar da melhor maneira, ainda mais que a gente não tem estudo, e que pra gente ser mãe, não existe (que eu saiba) nenhuma escola pros pais..."(E.F.)

Durante as falas, muitas vezes apareceu ou deixou-se transparecer nas palavras ditas, que faltam alternativas e formas para auxiliar esses pais nos relacionamentos com seus filhos, principalmente no que diz respeito às ações corretivas e disciplinares.

Outro fator também foi notório: há algumas mães que estão vivendo um segundo relacionamento que mencionaram dados interessantes, até que nos possibilitou compreendermos, o porquê dos comportamentos de seus filhos, não somente no CEC, mas também nos relacionamentos, o que é difícil, pela timidez ou agressividade, com que processam suas falas, gestos e comportamentos em geral.

"Ele é um malino. Quando bebe, pega o guri e bate nele, um porque não é filho dele e outro porque defende o irmão (por parte de mãe), por isso que ele quase não fala, aprendeu a ficar quieto. Também quando está de fogo, ele avança pra cima de mim com tudo que tiver nas mão, até com faca e facão ..." (N.L.A.)

"Depois que ele deu pra beber, o menino sempre fica nervoso. O pai (padrasto) não bate, mas também não deixa ele sair, e quando ele fica assim, é muito chato..." (S.M.C.)

"Ele sempre apanha. Diz que faz essas coisas erradas, como ficar na rua até altas horas porque ninguém manda nele, ele não tem mais pai ... Daí eu falo com ele pra não fazer de novo. Às vezes ele é de veneta, aí dou bronca, não resolve nada, vai pro castigo (ficar trancado em casa) ou meto o pau nele..." (I.R.S.)

Também perguntamos sobre o que consideram ser a disciplina no lar, e qual sua importância. 80% afirmaram que disciplina "é conversa, dar bronca, e dar castigos" (privação); 15% acreditam ser chamar a atenção e dar castigos; e somente 5% "confessou" que pra ela, "é chamar atenção, dar uns berros, e como não adianta, mete o pau ..., mas não pra marcar, só pra que ele tenha respeito comigo, já que ele não tem o pai presente, eu faço o papel dos dois ..."

Como já mencionamos, essas falas são um pouco contraditórias diante do que as crianças falam e demonstram através dos seus comportamentos cotidianos. Também cabe fazer menção que a grande maioria considera disciplina como de suma importância, pois somente com a sua utilização, acreditam conseguir o respeito, mas na realidade não refletem quando misturam respeito com o temor. Um menino coloca que:

"... Antes eu achava que gostava dele. No começo era legal com a mãe, mas agora, qualquer coisa é motivo pra briga. Eu não posso ainda bater nele, quando eu crescer, eu vou estudar, ficar bem forte pra quebrar a cara dele, de tanto que faz a minha mãe chorar e me machuca também. Eu tenho medo, porque ele é maior que eu. Respeito eu não tenho. Ele sempre diz, 'me respeita guri' ..." (A.G.)

E uma outra entrevistada afirmou que:

"Dou um tapa na bunda, bato até na pequena, pra eles tomarem banho. Todo dia tem que ser assim: o menino só escova os dentes, depois de levar uns cascudos ... Ele tem que me respeitar, eu sou a mãe deles ..." (M.K.N)

Sobre problemas de alcoolismo e uso/tráfico de drogas, 65% responderam que não há nem na família, nem na vizinhança; 35% colocaram que há casos de alcoolismo e drogas na família, são maridos, irmãos, tios, irmãs e filhos, o que é muito evidente, neste bairro, que apresenta uma grande incidência de uso e tráfico de entorpecentes entre adolescentes e até crianças como já presenciamos pessoalmente. Na realidade os índices são tremendos, fazendo até com que dois representantes do Conselho Tutelar de Florianópolis viessem até o bairro, realizando uma série de reuniões com lideranças e profissionais que trabalham na área da infância e adolescência, que culminou em palestras para educadores, pais, e num segundo momento, palestras com alunos do Colégio Estadual Profª Laura Lima, localizado no Monte Verde, com grande trânsito de "mulas" que se drogam na pracinha próxima ao colégio.

No CEC, o que tem sido adotado pelas professoras, é o desenvolvimento de atividades que busquem a prevenção sobre tais problemáticas, tão presentes no dia-a-dia dessas crianças. Também realizou-se uma oficina

sobre drogas e AIDS, neste programa, na busca de possibilitar condições de conhecimentos sobre o assunto, pois tem-se conhecimento de que até crack alguns já estão utilizando, e o pior, traficando para muitos jovens, que angustiados, com um perfil problemático, devido a um lar desestruturado e problemático, onde o pai é alcóolico, ou ainda não tem tempo para que conversem, acham nesses "amigos", momentos de prazer e de esquecimento dessas tristes realidades vivenciadas cotidianamente. O que não percebem é que cada vez mais estão afundando-se, numa busca insaciável.

Como essa problemática é gritante neste bairro, não somente neste como nos demais, quando questionamos os pais sobre as maiores dificuldades que enfrentam para educar seus filhos, a maioria (45%) colocou que são as más companhias, "pois tem muito viciado oferecendo drogas. Outro dia mesmo ele chegou dizendo em casa que um menino ofereceu pra ele experimentá-la, mas ele não aceitou..." (M.K.N.) 25% colocaram a dificuldade de conversar com os filhos, orientá-los com calma e paciência. 15% colocaram que fazem artes demais", 5% colocaram as malcriações que eles dizem, e 10% o uso de drogas, propriamente dito ... "é que hoje o mundo está muito complicado, principalmente sobre os problemas dessas malditas drogas..." (F.C.P.)

E finalmente indagamos a esses pais, sobre seus relacionamentos familiares. Alguns, depois de conversarmos um pouco, nos afirmaram que consideram bons seus relacionamentos, tanto com seus companheiros como com seus filhos; outros, ainda, quiseram passar uma imagem não muito verdadeira, dos seus relacionamentos, pois enquanto estagiárias, inúmeras vezes conversamos e realizamos uma tentativa de reflexão com estes, na busca de uma intervenção frente a esta problemática como utilização de recursos disciplinares, que muitas vezes resultam em maus-tratos. Outros reconhecem que

precisam mudar, mas é difícil; outros trocaram surras por execuções de trabalhos domésticos, como varrer, lavar louças, entre outras atividades.

Também depois das entrevistas realizadas, pudemos perceber que alguns afirmaram que castigam os filhos, tirando seus divertimentos; outros são mais energéticos, batendo nos filhos, pelos mais variados motivos: desde uma nota baixa, o ato de quebrar coisas em casa, de sujar as roupas, responder, falar palavrão, até a falta de respeito com os mais velhos.

Percebemos que aqueles pais que foram maltratados, maltratam seus filhos, acreditando estar procedendo corretamente ao educarem seus filhos. Assim, volta-se ao ciclo da violência, onde aparecem pais violentos, que no passado, foram filhos maltratados. Os filhos maltratados têm uma grande probabilidade de reproduzir a violência nos seus filhos, e assim manter em funcionamento esse ciclo de violência doméstica.

Muitos das crianças afirmam já terem sido espancadas pelos pais com muita intensidade, chegando a ficarem marcadas, de socos no rosto, de varas nas pernas e braços, etc. O interessante é que mesmo os pais mais agressivos, alguns têm com seus filhos momentos de carinho e amor. A maioria dos entrevistados que admitiram serem agressivos, se sentem culpados por esta situação; os filhos também, por incomodar bastante, fazer coisas erradas, etc. Na realidade, os relacionamentos são complexos, pois cada família possui membros que são diferentes em suas personalidades, ideais, até mesmo concepções. Então cabe aos pais ensiná-los, mas também aproveitar este momento para aprenderem com os seus filhos, e juntamente com este buscarem a troca de experiências

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades têm submetido crianças e adolescentes a inúmeros tipos de violência, sendo a de cunho doméstico uma das mais comuns. Trata-se de uma violência intra-classes sociais e que permeia todas as classes sociais.

A questão dos maus-tratos no universo familiar permeou o presente estudo, levando-se em conta os inúmeros fatores nos contextos em que estão inseridas, considerando as diversas determinações.

Como definem muitos pesquisadores, o estudo dos maus tratos é um "tema maldito", porque desvenda aquilo que a família tenta esconder, que em vez de ser um elemento de proteção, muitas torna-se espaços de violação, agressões, e desrespeito aos seus direitos.

Os dados obtidos nas entrevistas realizadas revelam que as famílias, em sua maioria, possuem baixa escolaridade, baixo poder aquisitivo e apesar da precariedade das casas, a grande maioria é proprietária.

Também constatamos que muitos sentem-se despreparados para o desempenho dos papéis de pais, alguns a isto justificam, colocando que por não terem outras alternativas, utilizam-se de métodos corretivos, como surras, castigos, etc.

Também em nossa pesquisa pudemos observar que as crianças extremamente agressivas vêm de famílias em que os pais e outras crianças também são agressivas; pequenos conflitos muitas vezes desencadeiam outros de maior importância nestas famílias.

Nossa preocupação está no fato de que quando os pais consideram aceitável infligir dor com fins disciplinares, torna-se relativamente fácil ir além dos limites e maltratar. Geralmente os maus-tratos às crianças fazem parte de um padrão de violência da família.

As famílias que têm alto risco de maltratar os filhos podem ser auxiliadas por tais intervenções antes de começarem os padrões de maus-tratos ao invés de o serem depois disso ocorrer.

// Esta violência que permeia as relações familiares é uma forma de desestruturação. Além desta, outras causas também podem levar à dissolução e instabilidade familiar. Exemplificando, podemos citar o alcoolismo como o principal fator que contribui para o desestruturamento familiar. O ponto chave das entrevistas são as situações vividas por mulheres de alcoólicos. Estas relataram que as agressões (físicas e psicológicas) se agravam com o álcool. Ou seja, atribuem à bebida a principal causa da violência. Constatamos, também, nas entrevistas, que a maioria das mulheres é proveniente de famílias que apresentaram a mesma problemática, reproduzindo, então, o mesmo padrão de relacionamento vivenciada na infância, com seus pais.

Os pais socializam os filhos dando-lhes o exemplo. As crianças adquirem muitos dos padrões de comportamento dos pais através da identificação, muitas negativas, como o das relações violentas.

A ira dos adultos - normalmente estimulada pelo álcool ou outro tipo de droga - reflete a perda dos limites de uma sociedade omissa.

Os meios que eles empregam para impor a violência contra as crianças foram os mais variados possíveis (socos, tapas, pontapés, surras com vara, chilelo, etc).

Também vale ressaltar que muitos foram contraditórios em suas falas.

Segundo GUERRA (1986:112),

"Crianças e adultos envolvidos no ato agressor não se dicotomizam em vítimas e culpados, mas são os representantes de um modo violento de viver".

∕ Diante da realidade em que vivemos, a família vem enfrentando uma imensa crise, desqualificando-se enquanto elemento protetor da criança.

Para as crianças, que são as principais atingidas nesses casos, a história toda pode se transformar em um conto de fadas ou em pesadelos intermináveis, acarretando em marcas profundas, até a sua fase adulta. Muitas vezes esses filhos maltratados, no futuro, tornam-se pais que maltratam, repetindo esse ciclo vicioso de violência doméstica.

A realidade é que muitas crianças vêm sendo ameaçadas diariamente por seus próprios pais, com mais variadas formas de violências.

Os maus-tratos ou a violência perpetrada pelos pais contra os filhos, com fins pretensamente disciplinadores, ou com outros objetivos, assume três facetas principais:

1. **Física:** quando a coação se processa através de maus-tratos corporais (spancamentos, queimaduras, etc) ou negligência em termos de cuidados básicos (alimentação, segurança, etc);

2. **Sexual:** quando a coação se exerce tendo em vista obter a participação em práticas eróticas;

3. **Psicológica:** quando a coação é feita através de ameaças, humilhações, privação emocional.

Constatamos que a violência no universo familiar é uma questão hoje em evidência, independente da forma que ela se manifesta.

As estatísticas coincidem em alguns pontos importantes:

- os agressores são basicamente os pais biológicos;

- os tipos de violência mais quantificáveis são representados pela violência física, a sexual e a negligência. A de caráter psicológico é de extrema dificuldade quanto à mensuração. Por outro lado, há extensas variações no conceito de negligência adotado entre diferentes países;

- a violência traz como uma de suas conseqüências a morte da vítima; e outros.

Também que o Brasil revela uma pobreza muito grande de dados, especialmente no que tange ao fenômeno aqui tratado. Existe uma importante cifra negra, já que a realidade estudada é subestimada pela "Lei do Silêncio" que impera no seio familiar.

A violência que aflige crianças e adolescentes na realidade brasileira atual é de tal forma importante que mobiliza todos os setores da sociedade, já sendo reconhecida como relevante problema de saúde pública e também como uma grande problemática social.

Conclui-se que, então, os maus-tratos e a violência na amostra entrevistada está presente em alguns casos, através de meios disciplinares, que valorizam a obediência como sendo o dever fundamental dos filhos em relação aos pais.

Identificada a situação de maus-tratos nos educandos usuários do CEC Parque da Figueira, é de suma importância que o serviço social, juntamente com outras áreas, desenvolva trabalhos preventivos, que ofereça alternativas disciplinares aos pais. E ainda, que lhes permita discutir entre si ques-

tões, dúvidas que lhes possibilitem ser melhores pais, apesar de todas as dificuldades que possuem.

Esta temática pode ser trabalhada a nível comunitário, dando recurso e propiciando um sistema de apoio para famílias sob tensão. Foi com este intuito que houve o convite da Escola de Pais, para promover palestras aos pais das crianças dos CECs. Pois, chegamos a conclusão de que os pais potencialmente capazes de maltratar não são os únicos que podem se beneficiar com o esclarecimento acerca das funções familiares. Muitas vezes supomos que a capacidade de amar e disciplinar os filhos seja intuitiva. Mas diversos programas que tenham objetivos afins aos da Escola de Pais, já demonstraram que as pessoas podem ser ensinadas a serem pais mais eficientes.

Pois, acreditamos que qualquer um, desde o instante em que entra em relação com os membros de um contexto de maus-tratos encontra-se implicado com a situação. Por este motivo aqueles que não compreendem esta função do pedido de ajuda a um terceiro, estabelecem com os adultos abusadores das crianças uma certa cumplicidade na negação dos fatos e do sofrimento dos pais.

SUGESTÕES

- Elaboração e distribuição de boletins informativos ou cartilhas básicas sobre o ECA e formas preventivas frente à problemática dos maus-tratos no universo familiar. Essas seriam elaboradas de forma ilustrativas, para uma melhor compreensão, tanto para crianças, como adultos, lideranças comunitárias.

- Formação de um Centro de referência à família, especificamente.

- Incluir no currículo do Curso de Serviço Social uma disciplina ou seminário que versem sobre maus-tratos e as relações interpessoais. Enfatizando os temas da disciplina e a atuação do profissional de Serviço Social, dentro destas relações familiares.

- Intensificar o trabalho que vem sendo desenvolvido com as famílias, abordando as questões sobre educação e disciplina dos filhos, as relações entre pais e filhos e a violência doméstica, num trabalho conjunto com o usuário e o profissional.

- Que haja um acompanhamento das famílias que apresentam problemas de maus-tratos, bem como fazer um aprofundamento teórico sobre o tema em questão.

- Encaminhar para um atendimento psicológico, as crianças vítimas de maus-tratos, juntamente com seus familiares.

De forma genérica:

- a divulgação problema nos meios de comunicação de massa;

- realização de seminários sobre o tema junto aos vários setores da sociedade;
- promoção de campanhas sistemáticas e seqüenciais sob orientação de especialistas no tema:
- incentivos a lideranças comunitárias para notificação e o acompanhamento dos casos identificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ABRANCHES, Sérgio Henrique. Os Despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 92 p.
02. ARIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.
03. AZEVEDO, Maria A. Mulheres espancadas. São Paulo: Cortez, 1985.
04. BASTOS, ÂNGELA. Violência assusta Ministério Público. Jornal Diário Catarinense. Florianópolis, p. 36, 30/07/95.
05. _____. A perversa face da violência sexual contra as crianças. Jornal Diário Catarinense. Florianópolis, p. 26, 31/07/95.
06. _____. Negligência familiar joga crianças nas ruas. Jornal Diário Catarinense. Florianópolis, p. 23, 01/08/95.
07. _____. Drogas, crimes e o fim da liberdade. Jornal Diário Catarinense. Florianópolis, p. 20, 02/10/94.

08. BATINDER, Elizabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. 3ª Ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.
09. BRASIL, Constituição do (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1985.
10. BRASIL, Criança - Urgente: A Lei 8.069/90. São Paulo: Columbus, 1990.
11. CAMINI, Marisete. Os maus-tratos vivenciados pelos meninos atendidos na Promenor. Fpolis: UFSC, TCC de Serviço Social. 1993. 73 p.
12. CORREA, Irineu E. J. A Banalização da Crueldade. (Violência contra a criança) RJ: CBIA (folheto), Junho 1991.
13. COSTA, Liana F. et alii. In: A contribuição da abordagem sistêmica no trabalho com famílias. Rio de Janeiro: CBIA, Cadernos de Ação. Cadernos CBIA nº 4 - Família: Ponto de Chegada ou de Partida? Maio/Agosto/95.
14. DIMENSTEIN, Gilberto. Prostituição Infancil atinge 500 mil crianças. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo. nº 23.468, p. 45, 04/07/93.
15. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal nº 8.069/90. CBIA Ministério do Bem-Estar. Brasília/Distrito Federal.

16. FALCÃO, Maria do Carmo Branditi. Cadernos de Ação e Serviços de Proteção Familiar. IEE. PUC-SP/CBIA, 1994.
17. GALASSO, Leonilde. Recordação da Adolescência: um acidente de trabalho. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 37. Dez/91.
18. GIL, Antônio C. Métodos e Técnicas da Pesquisa Social. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1981.
19. GUERRA, Viviane N. Azevedo. Violência de Pais Contra Filhos: Procuram-se vítimas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
20. _____. Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder. São Paulo: Iglu, 1989.
21. _____. Repensando a violência de pais contra filhos. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 22, Dez/86.
22. JÚNIOR, F. C. Uma guerra varre os EUA. Jornal Diário Catarinense. Florianópolis, p. 32, 15/05/94.
23. LEOPOLD, E. Legiões de mulheres invadem a China. Jornal Diário Catarinense. Florianópolis, p. 30, 03/09/95.

24. MEYER, Marli P. Souza. Violência contra a criança: Uma questão social emergente. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. PUC-RS, Porto Alegre/RS, 1988. 137 p.
25. MENDEZ, Emílio G. Liberdade, Respeito e Dignidade. Ministério da Ação Social - CBIA. Brasília/DF, 1991.
26. MIELNIK, Isaac. O Intenso Dínamo Familiar. Revista Dimensão (EPB). Florianópolis: EPSC, Set/92. Ano 16 - nº 20.
27. MILANEZ, Arlete M^a. O Serviço Social da Vara de Família e Sucessões Refletindo sobre as condições das mulheres no Relacionamento conjugal. Fpolis/SC, 1985. TCC em Serviço Social, UFSC.
28. MORAES, M^a S.N.D.E. Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Ministério da Ação Social - CBIA. Brasília/DF, Junho/91.
29. ODÁLIA, Nillo. O que é violência. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. Coleção Primeiros Passos.
30. ORLANDI, Orlando. Teoria e Prática do Amor à Criança: Introdução à Pediatria Social no Brasil. RJ: ZAHAR, 1986.
31. OSÓRIO, M^a I. T. P. Plano de Trabalho na Área Social-PMF. Fpolis/SC, 1993 (Mimeografado)

32. PAULA, Maxwel R. de. Violência e extermínio contra crianças e adolescentes no campo. Brasília/DF: CBIA, 1992.
33. PRATES, L. C. Uma surra inesquecível. Jornal Diário Catarinense. Florianópolis, p. 24, 03/10/94.
34. QUADROS, A. Uma análise do quadro de pobreza. Revista Conjuntura Econômica. Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas. Volume 46. Nº 10. Outubro/92.
35. SANTA CATARINA, Constituição. Constituição de Santa Catarina. Florianópolis: IOESC, 1989.
36. SANTOS, Hélio de Oliveira. Crianças Espancadas. São Paulo: Papyrus, 1987.
37. SÊDA, Edson. O novo direito da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: CBIA, 1979.
38. STEINER, M. M. F. et al. Quando a criança não tem vez: Violência e desamor. São Paulo: Pioneira, 1986.
39. TEIXEIRA, IB. A violência é a 2ª causa morte no país. Revista Conjuntura Econômica Instituto. Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas. Volume 47. nº 3. Março/1993.

40. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

41. WOSNI, A. Et alii. Diagnóstico Situacional em Saúde do Bairro Saco Grande II no município de Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. UFSC. Fpolis/SC. Dez/92.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

A - Composição Familiar

1. Nome

Parentesco

Idade

Instrução

Profissão

Renda

B - Residência

2. Local

3. Quanto tempo reside?

4. É

() alugada () própria () cedida () de ocupação

5. Número de cômodos: _____

6. Condições da casa: _____

C - Procedência

7. () Fpolis/SC () Outros municípos. Qual?

8. Quando e por que vieram? _____

D. Participação Comunitária

9. Aqui na comunidade, você tem conhecimento de que há entidades, como as relacionadas abaixo?

() Escolas

() Posto Policial

() Ass. de Moradores

() Posto de Saúde

() Creches

() ACIC

() Pastoral da criança e saúde

() Igrejas

() CPP

10. Você já procurou algumas dessas entidades? Quais?

11. Você teve alguma dificuldade para obter atendimento nestas entidades? Quais?

12. Você participa de alguma destas entidades? Qual ocupação?

E - Questões de Saúde

13. Quando você tem algum problema de saúde, recorre a quê?

- Posto de Saúde
- Igreja/Religiosos
- INSS
- UFSC
- Ass. Médica do Trab.
- Outro _____

14. Você tem conhecimento dos Programas de Saúde que são oferecidos na Comunidade? Quais?

15. Com que frequência sua família utiliza os serviços médicos e odontológicos oferecidos à comunidade?

- Sempre
- Somente em casos urgentes
- Nunca utiliza

16. Nos serviços de saúde da comunidade, quais os problemas que você enfrenta ao buscar atendimento?

F - Instituição

17. Qual a sua visão do CEC?

18. Você participa do CEC:

- Quando é solicitada por professores, coordenadora
- Em reuniões
- Colaborando em festas e eventos

() Para saber de seus filhos

() Outros.

19. Como você desejaria participar na dinâmica do CEC?

20. Como você chegou ao CEC? Qual o atendimento que motivou sua visita?

21. Você conhece o Setor de Serviço Social no CEC? Qual a sua opinião sobre ele?

22. Dê sugestões que venham a melhorar o atendimento no CEC.

G - Lazer da Família

23. Que tipo de atividades sua família realiza nos momentos de folga e finais de semana?

24. Seus filhos brincam diariamente?

25. Quais as atividades de lazer que você gostaria de fazer e não tem condições? Cite-as.

H - Relações familiares

26. Para você, qual o significado de "Família"?

27. Você mantém um bom relacionamento com seu marido? Por quê?

28. Como é o seu relacionamento com seus familiares? Por quê?

29. Em sua opinião, quais são os problemas que dificultam ou interferem no Relacionamento Familiar?

30. Você conhece o ECA?

31. Você tem conhecimento das funções da família perante os filhos, expressos no ECA? Por quê?

I - Educação dos Filhos

32 - Você gostaria de ter mais filhos? Por quê?

33. Pra você o que é educar um filho e como deveria se dar este processo?

34. Fale como foi sua vivência familiar na Infância e Adolescência. Como seus pais o (a) educavam?

35. O que você costuma fazer, quando seu filho faz alguma coisa errada?

36. Como o seu marido se posiciona em relação à disciplina dos filhos?

37. Quando você está nervosa (descontrolada), costuma chamar a atenção dos seus filhos, gritando? Faz ameaças ou diz coisas que possam magoar seus filhos?

38. Frequentemente, você dialoga com seu filho? Quais assuntos?

39. Como se dá o relacionamento entre você e seus filhos? Por quê?

Entre você e seu marido? Por quê?

Entre você e seus vizinhos? Por quê?

40. Para você o que é disciplina dentro do lar? Qual a sua importância?

41. Acha correto usar de disciplina (castigos, etc) quando seu filho faz coisas erradas? Se positivo, quais?

42. Você bate em seu filho? Por quais motivos? Dê um exemplo.

43. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta na tarefa de educar o seu filho?

44. Você tem na sua casa algum caso de alcoolismo ou uso de drogas? Quem?

45. Há problemas de alcoolismo ou uso de drogas na vizinhança? E causam problemas à sua família?

46. Coloque, por ordem, situações que mais lhe preocupam nessa comunidade:

() alcoolismo

() estupros

() drogas

() brigas

() falta de policiamento

() assaltos e furtos

() Outros _____

47. Algum membro de sua família já sofreu algum tipo de violência na comunidade? Quais foram as providências?

48. Dê sugestões para melhorar algumas situações que lhe preocupam nesta comunidade.

Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social
Departamento de Desenvolvimento Social
Divisão da Criança e do Adolescente

DIAGNÓSTICO

As crianças e adolescentes que hoje subsistem nas ruas de nossas cidades não são frutos do acaso. As condições de existência que propiciam a extrema degradação pessoal e social de tantas vidas decorrem, direta ou indiretamente, das opções políticas, econômicas e sociais que presidiram a vida brasileira nas últimas décadas. (GOMES, p. 75)

Florianópolis, sendo a sede da administração estadual e um pólo turístico, atrai um contingente populacional não só de municípios vizinhos, mas principalmente do Planalto Central do Estado, que se deslocam na busca de emprego e melhores condições de vida. Porém não apresenta condições de absorver este contingente, sem experiência na vida urbana e desqualificado profissionalmente para as oportunidades que a cidade oferece, tendo que competir com um mercado de trabalho restrito, vulnerável à exploração de terceiros, sem acesso às políticas sociais básicas, gerando-se as áreas de empobrecimento. Estes fatores, aliados ao baixo poder aquisitivo levam à prostituição, aos vícios e à criminalidade.

Segundo o censo realizado pelo IBGE em 1991, a população de Florianópolis era de 254.944 habitantes, sendo 95% na área urbana e 5% na área rural.

A taxa de crescimento anual situa-se em 2,81% (IBGE/91), verificando-se um importante contingente de população jovem (0 a 19 anos), que representa cerca de 44% da população geral.

A população adulta (20 a 59 anos) representa, aproximadamente, 50% do total e a população idosa em torno de 6% (Projeção 1990-IPUF/88). Nesta população foram identificados pelo IPUF e Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, 46 bolsões de pobreza, com um número de 9.423 famílias carentes.

Desta forma chegamos a uma população de crianças e adolescentes desassistidos na cidade de Florianópolis, em torno de 20 mil, dentro dos quais 40% dos 07 aos 18 anos. Na sua grande maioria são semi-analfabetos que buscam a sobrevivência através do mercado informal de trabalho, e cerca de 10% vivem no completo abandono, perambulando pelas ruas centrais da cidade, sem nenhuma ocupação.

A situação atual de nossas crianças e adolescentes expostos às condições citadas acima, requer novas formas de atendimento, exigindo políticas claras que resgatem, efetivamente, os direitos fundamentais de pessoa humana e sua cidadania.